

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS (EPPEN)**

ALESSANDRO DE MARTIN TRUZZI

**CONFIGURAÇÃO DO MERCADO INTERNO NO CONTEXTO COLONIAL
BRASILEIRO DO SÉCULO XVIII**

OSASCO

2021

ALESSANDRO DE MARTIN TRUZZI

**CONFIGURAÇÃO DO MERCADO INTERNO NO CONTEXTO COLONIAL
BRASILEIRO DO SÉCULO XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Monteiro Huertas

OSASCO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T874c TRUZZI, Alessandro de Martin
Configuração do mercado interno no contexto colonial
brasileiro do século XVIII / Alessandro de Martin Truzzi. - 2021.
55 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Daniel Monteiro Huertas.

1. Mercado interno. 2. Ciclo do ouro. 3. Brasil colonial. 4.
Rotas comerciais. I. Huertas, Daniel Monteiro, II. TCC -
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330.981

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALESSANDRO DE MARTIN TRUZZI

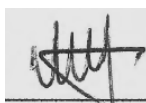
**CONFIGURAÇÃO DO MERCADO INTERNO NO CONTEXTO COLONIAL
BRASILEIRO DO SECULO XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Monteiro Huertas

Aprovado em: 09 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Daniel Monteiro Huertas



Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, que mesmo com as atuais distâncias geográficas sempre ofereceram amor e bons ensinamentos.

Aos meus colegas de graduação, com quem muito convivi e que proporcionaram momentos ímpares, ajudando bastante na minha formação pessoal.

Aos professores e funcionários da Unifesp, por todo o conhecimento passado e suporte recebido nesses anos como discente.

À Unifesp, que mesmo sendo judiada por tantos retrocessos na educação, continua a prestar serviço essencial e de qualidade ao povo brasileiro.

À minha esposa, por tudo!

RESUMO

O século XVIII foi, sem dúvida alguma, um período historicamente marcado por enormes mudanças econômicas e sociais no Brasil colonial. Dentro desse contexto, a mineração desenvolvida no centro do território surge como a possível responsável pela alteração de uma série de paradigmas. Propõe-se analisar neste trabalho quais eram as realidades enfrentadas na Colônia e na Metrópole Portuguesa no início do período, seguido pela análise de fatos pertinentes relacionados com a origem, desenvolvimento e declínio do ciclo da mineração. As rotas comerciais internas, resultantes do processo de abastecimento e exportação da atividade mineradora, terão enfoque especial, verificando seu papel na possível configuração inicial de um mercado interno no Brasil. Mais do que trazer apenas uma revisão histórica dos fatos, pretendemos verificar, pela análise documental qualitativa, quais são as vozes consonantes/antagônicas em torno da temática colocada, buscando apontamentos para as inquietações decorrentes de aspectos econômicos que permearam o desenvolvimento do país. Observou-se, assim, a concordância quase unânime de diversos autores sobre a importância da mineração para o surgimento de uma integração territorial comercial. Contudo, apesar de encontrarmos opiniões próximas na literatura, existem divergências claras sobre uma eventual emergência do mercado interno brasileiro a partir do século XVIII. Assim, mostra-se que a temática é passível de diferenças temporais e de método, permitindo a realização de trabalhos mais aprofundados.

Palavras-chave: Mercado Interno; Ciclo do Ouro; Brasil Colonial; Rotas Comerciais.

ABSTRACT

Historically, the 18th century in colonial Brazil was undoubtedly a period marked by enormous economic and social changes. Within this context, the development of mining in the center of the territory emerges as a possible responsible for the change of a series of paradigms, according to the literature. We propose to analyze what the realities were in the colony and at Portuguese Metropolis at the beginning of the period, followed by the analysis of relevant facts related to the emergence, development and decline of the mining cycle. The internal trade routes resulting from the supply and export process of the mining activity will have a special focus to verify their role in the possible initial configuration of the beginning of an internal market in Brazil. More than bringing a historical review of the facts, we want to verify, through a qualitative document analysis, which are the consonant/antagonistic voices around the issue and look for indications of the concerns arising from the economic aspects that have permeated the development of the country. Thus, the almost unanimous agreement of several authors on the importance of mining in the emergence of commercial territorial integration has been noted. However, although very similar opinions can be found in the literature, there are clear divergences about the emergence of the Brazilian internal market from the eighteenth century onwards. Thus, it can be seen that the topic is susceptible to temporal and methodological differences, which allows for a more in-depth work.

Keywords: Internal Market; Gold Cycle; Colonial Brazil; Trade Routes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Circuito produtivo e ocupação no Brasil (século XVII).....	36
Mapa 2 – Circuito produtivo e ocupação no Brasil (século XVIII).....	38
Gráfico 1 – Produção de ouro no Brasil (século XVIII)	40
Gráfico 2 - Valor das exportações e população da Colônia (1550-1800)	51
Tabela 1 – Estimativas populacionais do território brasileiro.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ECONOMIA NO DESPERTAR DO SÉCULO XVIII	14
2.1 CONTEXTO PORTUGUÊS	14
2.2 CONTEXTO COLONIAL BRASILEIRO	17
3. A MINERAÇÃO E AS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS	22
3.1 DESCOBERTA E ASCENSÃO	22
3.2 AS NOVAS ROTAS COMERCIAIS	30
3.3 DECLÍNIO	39
4. DEBATE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO

Diariamente somos expostos a notícias dos mais diversos portais de internet, televisão e mídia escrita mostrando a importância e os desafios do mercado interno do país, termo cunhado juntamente com a função de impulsionar a produção, recuperação da economia e arrecadação nacional. Obviamente que “mercado interno”, assim como a sempre associada demanda interna, não são palavras que surgiram de forma espontânea; existe toda uma concepção histórica do nascimento dessas expressões para as quais podemos encontrar explicações únicas em cada nação. Precisamos não apenas responder o significado do vocábulo “mercado interno”, mas também entender dinâmicas singulares do país nesse tema, sendo útil buscar nas fontes acadêmicas todo um histórico temático, desde o surgimento dos primeiros dados de consumo interno até a forma na qual ocorreu o desenvolvimento econômico brasileiro.

A noção atual que temos de mercado interno é associada à ideia de mercados totalmente integrados num plano regional, nacional ou até mundial. Precisamos estar cientes de que esse retrato atual do verbete é bem diferente e talvez até inédito perante o momento econômico pelo qual se encontrava o Brasil Colônia. A pouca especialização do capitalismo, as diferenças na organização do trabalho e as dificuldades de obtenção de crédito ocorridas naquele período refletiam a posição que a Colônia ocupava, uma economia submetida ao rígido controle do Estado português e “amarrada” por barreiras que dificultavam o desenvolvimento local no espaço que hoje compreende o Brasil.

No período específico deste trabalho (século XVIII), a economia colonial estava marcada pela ascensão da exploração metalista, aliada ao declínio de preços na cultura da cana-de-açúcar e ao incentivo português em busca de novas fontes de renda. As características de mercado de maior notoriedade abrangiam novas culturas de subsistência e surgimento de pequenas manufaturas, então incipientes no território. Outro ponto importante para descrever as características únicas dos mercados brasileiros no século XVIII era a dinâmica econômica interna como fator secundário na economia, servindo sempre de suporte à (mais importante) produção para exportação à metrópole.

As descobertas de grandes jazidas minerais, sobretudo na região central, (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) gerou uma busca maciça por riquezas que ocasionariam alterações significativas na América Portuguesa. Surgiam assim traços de integração regional até então não perceptivos em grande escala e, como novidade, uma substituição parcial da economia de trocas de excedentes pela produção voltada para o mercado interno. Tão logo, os minérios (sobretudo o ouro) seriam protagonistas da economia, modificando as centralidades territoriais e gerando novas demandas locais. Sem dúvida, a formação e consolidação dessa integração até então esparsa regionalmente é parte importante para compreendermos a história econômica de nosso país. Seria então, esse novo ciclo, o primeiro consolidador de um mercado interno entre terras até então isoladas, ou, na melhor das hipóteses, debilmente interligadas? De que maneira essa integração influenciou no desenvolvimento econômica nacional posterior?

O estudo historiográfico e econômico do surgimento de um mercado interno no período temporal utilizado é bastante importante, pois pode mitigar pontos e especificidades que mudaram as relações econômicas até então estabelecidas e permearam todo um desenvolvimento, sobretudo com a interligação de diferentes rotas comerciais definidoras de uma cadeia interna de consumo num território tão vasto quanto o nosso. Esta revisão mostrará o quanto o tema já foi estudado e discutido, verificando se a mesma temática está atualizada no campo histórico e econômico. Também é necessário verificar mais a fundo se os aspectos já colocados estão perfeitamente definidos ou se encontramos autores com opiniões divergentes, necessárias para o debate. Por fim, podemos buscar diferentes sentidos e respostas para trazer novas interpretações do tema abordado, de forma a não se esgotar o conhecimento relativo.

Pontuando, o objetivo geral seria a averiguação de que, durante o século XVIII, uma ampla rede de caminhos comerciais interligados, gerados pela mineração e até então inéditos na América Portuguesa, pode ser considerada como o primeiro esboço de um mercado interno no Brasil. Também ressaltamos a importância descritiva e analítica do chamado “ciclo do ouro”, que, dentro do processo de criação de consumo interno, poderia ser o protagonista da mudança estrutural econômica que levaria à interligação de diversos mercados (formação de pequenas manufaturas e produções específicas para consumo local). Finalizando, definir quais foram as principais rotas comerciais emergentes no território, suas especificidades e motivos/demandas para a

interligação no período colocado, identificando os produtos consumidos internamente e qual a sua importância para o aprofundamento dos laços entre as rotas.

Para alcançar os objetivos expostos acima, utilizaremos como metodologia uma pesquisa qualitativa baseada na revisão da literatura, combinando obras de expressivo valor bibliográfico no tema com pesquisa documental atual, definindo assim uma revisão ampla. Detalhando o formato, o trabalho fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais, ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas (livros, artigos científicos em revistas científicas de renome, dissertações e teses) em meio físico ou eletrônico, juntamente com documentos contemporâneos e retrospectivos de fonte primária ou secundária, a fim de descrever/comparar fatos históricos em busca de características comuns ou tendências que fomentem os objetivos definidos.

Definido o formato metodológico, são necessários outros dois pontos cruciais para que o trabalho tenha sentido e coesão: definição conceitual e adaptativa do que seria “mercado” e “mercado interno” para dar luz a toda literatura trabalhada (algo que será introduzido a seguir) e os recortes temporais que estarão presentes nos próximos capítulos, buscando objetividade no conhecimento trabalhado e na abrangência dos conteúdos.

Para entendimento e coesão, começamos neste ponto por definir qual é a concepção de *mercado* utilizada neste trabalho, conceito bastante comum no vocabulário cotidiano e que possui diversas significações no dicionário¹, embora todas pareçam remeter aos conceitos de troca, negócios, comércio etc. Contudo, conforme encontrado em De Paula (2002), a explicação desse vocábulo pode assumir duas diferentes vertentes e acepções, destoantes nas ciências sociais: economicista e historicista.

Para os economistas, o mercado é o “local” (espaço geográfico ou teórico), em que a oferta e a demanda atuam através de transferência de propriedade de mercadorias entre compradores e vendedores, principalmente através da utilização de base monetária. A noção de mercado então está fundamentada numa prática intrínseca do sistema capitalista, na qual recebe o papel de centralidade na sociedade, principalmente, pois os indivíduos não possuiriam escolhas ou oportunidades, lhes

¹ Local de comércio fechado ou ao ar livre, de alimentos e outras mercadorias; ponto onde se comercializam determinados artigos; grupo de comerciantes e a relação entre eles; conjunto de atividades comerciais em certa região.

sendo a prática mercantil e de consumo como forma de importância social, acumulação, lucros e mesmo existência.

No viés historicista, em divergência ao padrão de explicação econômico, o mercado pode ou não ser classificado como um sistema de trocas do modo capitalista. Logo, o mercado não transita em torno das mesmas regras de organização social pontuada por cálculos matemáticos ou interesses individuais, mas amplia as fundamentações de trocas e relações para interesses culturais, religiosos, éticos que não necessariamente utilizam base monetária. A diferença entre os modelos colocados anteriormente demonstra a necessidade de clareza na definição do vocábulo e, por isso, se torna necessário colocar que para este trabalho o mercado será verificado nos moldes econômicos.

A expressão *mercado interno* é um conceito mais difundido dentro do debate econômico (sobretudo em macroeconomia) e caracteriza todas as relações de troca citadas acima, operadas dentro de limites geográficos definidos. O mercado interno explica as trocas, comércio e desenvolvimento dentro de uma vila, cidade, região, país, desde que visualizados pontualmente e que faça parte de outro mercado maior. Comumente, a expressão é utilizada em referência aos dados econômicos e comerciais internos de países, verificando sua capacidade de produção, abastecimento e consumo a partir de regras e leis específicas independentemente daquelas praticadas em outras nações (o protecionismo é um exemplo de “regra” decorrente da valorização do mercado interno perante o externo).

No caso aqui colocado, do Brasil colonial, é bastante difícil definir com exatidão o surgimento e estabelecimento do mercado interno no território como um todo, sejam pelas mudanças geográficas da Colônia que ocorreram através do tempo ou pelas diferentes divisões políticas e de governo. Basta notar que por séculos não era possível sequer definir onde começava e terminava a colônia americana portuguesa, com diversos pontos de conflito com a porção espanhola, tal como na região sul que mudou de “dono” por diversas vezes. Essa desarticulação local fica explícita na fala de De Paula:

No caso do Brasil vai-se procurar discutir a Constituição do mercado interno pela análise das imposições do mercado de terras e de trabalho. Ao lado do estabelecimento das condições específicas da Constituição dos mercados de terra e trabalho no Brasil, que iria marcar o essencial do mercado interno que aqui se fez - isto é, do desenvolvimento capitalista do país, também teve papel importante

nesse processo formativo a longa presença de uma efetiva desarticulação entre as diversas regiões brasileiras. Desde o período colonial constituíram-se economias regionais na América portuguesa com pequenas quando existentes interações entre si. Tal fato se deveu tanto à precariedade dos sistemas de comunicação e transportes, quanto, mais importante, às profundas diferenças estruturais entre as economias regionais (De Paula, 2002, p.17).

Vale a pena citar também outras formas que podem aparecer na literatura como exemplo de mercado interno, mas que embora relevantes historicamente não serão consideradas aqui devido ao seu caráter local, e não de grande integração territorial conforme anseia esse trabalho. Para citar um modelo de mercado interno regional de grande importância e que seria fundamental para a ascensão da produção pecuária, mas específico em certos locais (principalmente nas regiões produtivas canavieiras), há a chamada “brecha camponesa”. Essa brecha, bastante detalhada na obra de Ciro Cardoso (1987), era constituída de pequenos lotes de terra dos latifundiários cedidos aos escravos, onde esses poderiam produzir vários tipos de alimentos para consumo familiar e abastecimento regional, desde que não estivessem em período de trabalho na monocultura. As “brechas camponesas”, assim, poderiam resolver dois problemas encontrados no modelo de *plantation* utilizado por Portugal na colônia: diversificar os alimentos/produtos produzidos e criar um sentimento de pertencimento do escravo naquele local, evitando rebeliões e fugas.

Numa rápida análise de referências reconhecidas, aliada ao conhecimento adquirido sobre o tema ao longo da vida discente, a hipótese mais plausível é de certa consonância entre a relação temporal, de espaço geográfico e desenvolvimento econômico no que diz respeito ao surgimento do mercado interno territorial. Todavia, não parece *a priori* que essa unificação de rotas comerciais no período selecionado teve alteração drástica na dinâmica até então presente, seja pela grandiosidade e complexidade territorial ou através da longa manutenção das ilhas de consumo locais no cenário econômico colonial.

2. ECONOMIA NO DESPERTAR DO SÉCULO XVIII

Nesse primeiro capítulo, procuraremos demonstrar, em linhas gerais, o panorama político-econômico tanto da Metrópole quanto da Colônia nos dois séculos que precederam a descoberta do ouro em Minas Gerais. Durante esse período, cabe mencionar, Portugal viu o desmoronamento de sua posição hegemônica na expansão da economia-mundo, mas a sua colônia nas Américas se tornou o *locus* nevrálgico da participação lusitana na divisão internacional do trabalho, desbancando colônias asiáticas e africanas em grau de importância estratégica e econômica.

2.1 CONTEXTO PORTUGUÊS

Portugal, assim como outras potências econômicas europeias, teve bastante notoriedade em um período caracterizado pela transição do feudalismo para o capitalismo. Esse “Antigo Regime” tinha em comum nos variados locais de perpetuação os ideais absolutistas como forma de organização política e a adoção de práticas capitalistas mercantilistas para circulação de bens e riquezas visando o desenvolvimento econômico estatal. A política mercantilista era baseada na competição entre as economias e possuía como características principais: o ideal “metalista” de acumulação de metais preciosos como indicador de riqueza da nação; a ideia moderna de balança comercial positiva, que encontraria no superavit seu ponto norteador; o industrialismo como forma de defender o seu mercado perante os outros estados e a utilização das colônias como forma de agregar todas essas identidades servindo de campo para aumento das riquezas e também na composição de vantagens comparativas perante os outros Estados.

Uma das bases para a consagração dos objetivos em torno do desenvolvimento dos Estados e dos projetos mercantilistas estava nas expansões comerciais ultramarinas, que surgiram pelo ímpeto de agregar novas colônias para complemento de sucesso das metrópoles. Portugal conquista colônias na Ásia, África e América, sendo considerado pioneiro nesse formato mercantilista.

Em sua colônia americana (Brasil), realizou práticas diferentes daquelas verificadas sobretudo na Ásia, onde as trocas de especiarias tinham o protagonismo. Por aqui, diferentemente, Portugal buscou desempenhar alguma atividade econômica que conseguisse custear o seu povoamento e a defesa do território conquistado. A

pioneira foi a cultura do pau-brasil, que ocorreu “por acaso”, o primeiro produto de valor comercial que os portugueses encontraram, baseado no extrativismo. No mais, conforme lembra Furtado (2007), não sabiam quais seriam os proveitos naquela distante terra, parecendo totalmente inviável a evolução colonial e demorando muitos anos para desenvolver novas culturas.

O primeiro produto que foi levado intencionalmente para o cultivo no Brasil foi a cana-de-açúcar, cultivo já experimentado em ilhas no Atlântico, como a Ilha da Madeira. A aposta pareceu acertada, pois o cultivo no formato de *plantation* conseguiu se estabelecer e auxiliar nos ganhos portugueses. Por centenas de anos seria o principal produto colonial, fomentando outras culturas, como a pecuária.

Ao final do século XVII, Portugal se encontra num momento de grandes mudanças sociais e econômicas, já que esse período foi marcado por contáveis marcos históricos no país. Politicamente havia ocorrido a separação territorial com a Espanha (fim da União Ibérica) após uma conturbada fase de unificação, caracterizada por insatisfações de ambos os lados. Espanhóis queriam ter o poder de determinar os usos financeiros da união, além do domínio dos cargos de governo, mas foram contrariados pela recusa de nobres portugueses. Esses questionavam o aumento dos impostos como um todo e a necessidade de financiar batalhas comerciais e militares espanholas, além das acusações de negligência aos ataques holandeses às colônias brasileiras. A chamada Guerra da Restauração, nascida das insatisfações e que durou cerca de trinta anos do século XVII, culminou na divisão definitiva dos Estados, mas também gerou dívidas de ambos os lados por todo o aparato militar utilizado.

Do ponto de vista econômico, novos desafios: Portugal estava ficando para trás no comércio marítimo com as Índias, perdendo importantes mercados no Oriente para países como Inglaterra, Países Baixos e a própria Espanha. Dessa forma, conforme citado por Godinho (1953), o mercado marítimo no Atlântico passa a ser o “carro-chefe” do conjunto econômico português.

A produção da cana-de-açúcar e de outros produtos do mercado atlântico, especialmente do Nordeste da América Portuguesa, virara peça fundamental, mas encontrava queda acentuada no valor das exportações pelo plantio em novos territórios. Conforme nos traz Godinho:

E é cerca de 1670 que esta falta se começa a fazer sentir em Lisboa. As existências acumulam-se nos armazéns; os produtos não se vendem; vende-se por preço inferior ao do custo; e não só isso, mas também queda dos preços porque a oferta aumenta muito mais rapidamente que a procura. Vejamos o açúcar: em 1650 a arroba vendia-se, em Lisboa, a 3.800 réis; em 1659 primeira descida, 3.600 réis; em 1668, 2.400 réis e, portanto, uma baixa de 33% em 9 anos. E 20 anos mais tarde a arroba valerá 1.300 ou 1.400 réis, baixa, desta vez, de 41% (mas o ritmo é já mais lento).

Passemos ao tabaco: em 1650, o preço, em Lisboa, era de 260 réis o arrátel; em 1668 tinha descido para 200 réis e em 1688 caíra para 70 réis, ou seja, uma descida de 65% em 20 anos, mais forte do que a do açúcar (Godinho, 1953, p.75).

Como resultado dessa dificuldade de escoamento de produção e pela baixa circulação de moeda, nesse momento Portugal e sua extensa Colônia estavam empobrecidos e ao mesmo tempo possuíam gastos cada vez maiores de manutenção do aparato estatal. Um rápido exemplo de desafio econômico português aparece no texto de Boxer:

Os ingleses tinham uma cota importante no transporte de mercadorias entre Lisboa e os portos brasileiros, já que Portugal não dispunha de material de navegação próprio que lhe permitisse manter as frotas anuais do Brasil. Isso o forçava a depender, consideravelmente, do fretamento de barcos estrangeiros. Os ingleses não se satisfaziam com isso e estavam constantemente atormentando o governo português para que lhes desse permissão de comerciar por conta própria com o Brasil (Boxer, 1969, p.47).

Salientando a condição contemporânea portuguesa, um dos motivadores da crise era, além da diminuição das vendas, o crescimento contínuo das importações de manufaturados e o conseqüente deficit na balança de pagamentos. Como sua especialização estava voltada para o setor marítimo de produtos primários e comércio de escravos, a pequena indústria lusitana não acompanhava o desenvolvimento tecnológico, especialmente inglês. A coroa portuguesa, então preocupada com o movimento citado, e baseando-se nas ideias de Colbert², resolve restringir a importação de alguns produtos (sobretudo de luxo, com alto valor agregado) e financiar uma nova indústria manufatureira nacional, através de ajuda monetária e de aquisição de produtos.

² Jean-Baptiste Colbert foi importante político francês do século XVII que exerceu em seu país o cargo de ministro das Finanças e criou um programa econômico mercantilista baseado no fortalecimento estatal que culminou no crescimento rápido e sustentado da França.

Na última década do século, uma forte reação econômica causada pelo aumento dos preços de produtos primários (como o açúcar) e uma superprodução de vinho parecem trazer resultados, com seguidos superávits na balança e consequente saída de Portugal da crise comercial em que se encontrava. O movimento feito pela Coroa Portuguesa em torno das manufaturas perdeu sentido pelos constantes acordos de comércio bilaterais³ e por encontrar êxito novamente em suas produções primárias coloniais.

Em outra face, continuava a busca por novos produtos, sobretudo metais preciosos no interior do Brasil. Essa procura já ocorrera desde o começo do século XVII, com destaque para as expedições paulistas rumo ao sertão utilizando conhecimento e mão de obra indígena, mas ainda não tinha sido fomentada com tanto ímpeto. Convém lembrar que a exploração do território teve espaço no imaginário português desde a descoberta do novo continente, na tentativa de encontrar o mesmo êxito econômico que ocorreu na porção espanhola das Américas⁴.

2.2 CONTEXTO COLONIAL BRASILEIRO

Findando o seu segundo século de existência oficial, a colônia portuguesa na América pouco avançou ao interior de seu território. Num primeiro momento, restringia sua existência como colônia de extração do pau-brasil para preparação de corantes, inclusive permitindo comercializações e trocas com quaisquer outros países para fomentar o desenvolvimento local. Depois recebera maior atenção portuguesa no desenvolvimento de cultivos agrícolas para ocupação territorial devido à pressão expansionista dos países rivais. Como resultado dessa pressão e da concorrência encontrada, que seria estabelecido o “pacto colonial” (exclusividade de comércio da colônia com Portugal) que duraria por centenas de anos e mudaria todo o processo civilizatório e econômico brasileiro.

No período que compreende essa primeira significação desde a conquista portuguesa (de 1500 ao final dos anos 1600), alguns produtos foram utilizados para a

³ Vale a pena lembrar aqui do desastroso (para Portugal) Tratado de Methuen. Acordado bilateralmente com a Inglaterra, isentava todos os impostos sobre os tecidos ingleses em troca de 1/3 de desconto em impostos para os vinhos portugueses.

⁴ A Espanha, já na primeira metade do século XVI, encontrara vultosas quantidades de ouro em posse dos Astecas, na Península de Yucatán e de prata com os Incas em Potosí. Em ambos os casos, a utilização do trabalho indígena por escravização ou apresamento levam ao domínio espanhol regional e lucrativa mineração.

produção e consumo local, como mandioca, tabaco, arroz, trigo, milho e frutas, mas o elemento de maior relevância econômica em território colonial brasileiro foi a cana-de-açúcar, que obteve seu auge de expansão nesse final do século XVII. Foi responsável pela estruturação das vilas no Nordeste e Rio de Janeiro, cujo caráter era fundamentalmente litorâneo devido a facilidade em exportar esta *commodity* para a Europa. Outro ponto característico da economia canavieira foi a exploração primeiramente do trabalho indígena, pouco especializado, e posteriormente a utilização de mão de obra dos negros escravizados trazidos das colônias portuguesas africanas, conduzidos num formato comercial cruel, mas rentável dentro do mesmo contexto colonialista.

O sistema produtivo açucareiro era marcado por uma concentração de terras e riquezas em poucas famílias oligárquicas, que controlavam os fatores de produção e renda gerados pelo processo produtivo. Como a quase totalidade da renda estava dada pelo valor das exportações e não havia grandes dispêndios monetários que não fossem voltados à própria produção dessas famílias abastadas, o gasto ocorria nas importações de manufaturados e equipamentos. Conforme citado por Furtado (2007), das características contábeis e físicas, o fluxo de renda no setor açucareiro levou muitas análises a supor que se tratava de uma economia parecida a um sistema feudal. Este, entretanto, era às avessas, já que ao contrário daquele modelo europeu bastante conhecido, essa economia atrofiada não era de isolamento regional ao redor do mandatário, e sim de isolamento voltado para o mercado externo (seja pela exportação do açúcar ou mesmo pela importação de bens pelos ricos).

Contemporaneamente, a pecuária era importante atividade econômica auxiliar de subsistência para diversos usos: obtenção de carne, leite, couro e uso da força animal para tração mecânica. Sua notoriedade consta de suporte para a criação das primeiras vilas e da ampliação do território rumo ao sertão. Segundo Vieira (2011), as primeiras cabeças de gado foram trazidas já em 1534 para São Vicente e posteriormente ao Nordeste, onde encontrariam uma expansão contínua, sobretudo nas margens do São Francisco. O gado colaboraria para a descoberta dos novos caminhos, seja pela sua atividade anexa ao setor açucareiro no Nordeste, ou pela exploração em busca de minérios no sul.

Deve-se à pecuária, em grande medida, a expansão e ocupação de boa parte do território da América Portuguesa, muito embora a

historiografia tenha negligenciado tal fato, relegando-o a uma posição secundária em favor da atividade mineradora. Atividade acessória ao complexo açucareiro, abastecendo o litoral com carnes, animais de carga e tração, além de couros para os curtumes e para enrolar as folhas de tabaco, o crescimento dessa atividade (...) é que permitiu a sua expansão, bem como a ocupação e povoamento de vastos territórios nos sertões da América Portuguesa (Vieira, 2011, p.10).

Outro produto de relevância econômica na Colônia anteriormente ao século XVIII é o tabaco (fumo), cujo cultivo se dava na Região Nordeste, em Pernambuco, Maranhão e principalmente no sul da Bahia, e sua produção, tal qual o açúcar, era quase toda voltada à exportação. O cultivo tinha um tempo de duração menor que aquele da cana-de-açúcar, possibilitando mais colheitas anuais. Contudo, devido ao cuidado necessário com as plantas e a pouca especialização da mão de obra escrava para a atividade, essa era menos numerosa e expandida territorialmente (Schwartz, 2004).

Enquanto a faixa litorânea nordestina era responsável pela produção mais rentável da Colônia, na metade sul de seu território, a expansão portuguesa se caracterizou pela busca de metais preciosos no interior e imposição cultural sobre os indígenas para a exploração de mão de obra. A situação ali, no findar do século XVII, era de crescimento lento, mas sólido.

No Rio de Janeiro, importante porto e vila da Colônia, o desenvolvimento se dava pela distribuição de uma notável quantidade de sesmarias⁵ pelo rei português, que gerou expansão de atividades agrícolas (como os canaviais/engenhos) e crescimento urbano nas planícies aterradas da região. Também notável era a economia da pesca de baleias na Baía de Guanabara.

O território que compreende São Paulo era bastante isolado e pouco desenvolvido, muito pela presença apenas de culturas de subsistência e pela característica geográfica que dificultava ultrapassar a Serra do Mar, fato que não permitia avanços em culturas como a de açúcar. Na parte baixa da serra, São Vicente era uma pequena vila com porto de passagem. No planalto, a Vila de Piratininga era formada de estrangeiros, refugiados, foras da lei, que possuíam uma agricultura insignificante, se organizavam de forma até certo ponto autônoma às ordens portuguesas e exploravam a mão de obra indígena, sobretudo nas bandeiras.

⁵ Pedaço de terra virgem, devoluta ou cuja cultura fora abandonada, que os reis de Portugal entregavam a sesmeiros, para que o cultivassem.

(...) os paulistas sofriam de uma paixão ambulatória que não aparecia em outros colonos do Brasil litorâneo, os quais, durante mais de um século, fizeram poucos esforços, relativamente débeis e esporádicos, para a profunda penetração nas terras do interior. Os paulistas, ao contrário, estavam sempre enviando bandos cada vez mais para dentro do sertão, e, em 1651 tinham eles marcado caminhos para o Alto Peru, e, através das densas florestas do Brasil Central, para o delta do Amazonas. (...) aquelas expedições tinham em mira, principalmente, a procura de ameríndios que os paulistas escravizavam, ou domesticavam, a fim de usá-los para o trabalho de suas lavouras. Como atividade mais ou menos suplementar, procuravam, também, ouro, prata e esmeraldas, e tinham descoberto as correntes de ouro de aluvião de Paranaguá mais ou menos em 1572 (Boxer, 1969, p.54).

O trecho mais ao sul de São Paulo, que cortaria o Tratado de Tordesilhas, não havia despertado interesse por parte dos espanhóis (área por direito deles)⁶ e só começou a ser ocupado na metade do século XVII, quando paulistas acreditavam ter reservas de ouro no atual Paraná. Nas planícies temperadas paranaenses e catarinenses foram encontrados caprinos e bovinos selvagens, que se juntariam com outros animais deixados por bandeirantes e jesuítas e logo se multiplicariam e culminariam numa expansão pecuária interessante. No extremo sul, Portugal criou um posto avançado em Colônia de Sacramento, onde a prata peruana era trazida e contrabandeada no rio de mesmo nome, Prata. Assim, delimita a sua área de pretensão utilizando Laguna e São Vicente como entrepostos no caminho aos maiores centros (Schwartz, 2004).

O território brasileiro como um todo encontrava na relação com a Metrópole travas em seu desenvolvimento. A Coroa Portuguesa mantinha durante o período uma forte política de privilégios e monopólios que dificultava o desenvolvimento de suas colônias, acreditando, inclusive, que essas poderiam disputar mercados nos quais Portugal era historicamente importante (tais como vinho, azeite, farinha e bacalhau). Conforme colocado por Prado Junior (2006), um exemplo da postura da Metrópole foi a proibição de produção do sal e aguardente na segunda metade do século XVII. O sal deveria ser produto exclusivo de poucos comerciantes da oligarquia portuguesa (e, assim, estava sendo bastante contrabandeado). A aguardente, que ficara popular

⁶ O Tratado de Tordesilhas foi um documento acordado em 1494 entre Portugal e Espanha para divisão das terras americanas recém-descobertas. A linha imaginária ficaria a 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

no Brasil, poderia atrapalhar as vendas de vinhos portugueses, além de não ser rentável economicamente para os senhores de engenho (também oligarcas). Dessa forma, ressaltando, alguns poucos abastados detinham o privilégio de controlar todo o fluxo de entrada e saída de produtos do território brasileiro.

Simplificando, até próximo ao final do século XVII, o contexto econômico na Colônia era de relativa estagnação: pouco tinha sido encontrado nas expedições ao interior; ocorriam flutuações no valor e de mercados consumidores do açúcar brasileiro (sobretudo pela expansão desse mesmo mercado nas Antilhas, igualmente na forma de *plantations*); relativo desinteresse português devido aos altos custos para manutenção burocrática local e de comércio com a Colônia e também podemos pontuar as guerras e invasões estrangeiras frequentes, sobretudo no Nordeste, que geraram perdas de produção e de manufaturas.

Todo esse cenário seria alterado com a descoberta dos minérios na região que hoje compreende o território de Minas Gerais. Conforme relatado por Prado Júnior (2006) tais circunstâncias determinaram profundas modificações nas políticas portuguesas em relação as suas colônias, não considerando mais a colônia americana como um mercado adicional: a relação passou a dependência direta. Para o Brasil colonial, cuja distribuição da maior parte da população estava restrita a uma faixa estreita no litoral, esse fato traria várias consequências, como o crescimento populacional (migração de portugueses e aumento do comércio de escravos) e a extensão das terras habitadas, sobretudo no interior, em busca de riquezas que pudessem auxiliar na economia portuguesa.

3. A MINERAÇÃO E AS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS

Como se deu o desenvolvimento da mineração no século XVIII e qual o seu papel para a nova configuração econômica e territorial da Colônia? Aqui pretendemos revelar, em alguma medida, como foram as primeiras descobertas, sua emergência econômica e dispersão geográfica e quais consequências futuras seriam derivadas dessa atividade.

3.1 DESCOBERTA E ASCENSÃO

Após inúmeras expedições rumo ao interior do território colonial, iniciadas principalmente com as bandeiras paulistas, foram encontrados abundantes veios de ouro poucos anos antes da virada de século. Não se sabe exatamente a data em que esse fato ocorreu (estima-se que seja entre 1693 e 1695), já que documentos divergem sobre o caso, inclusive com a possibilidade levantada por Boxer (1969) de que bandeirantes liderados pelo paulista Borba Gato tenham ocultado intencionalmente o seu achado para benefício próprio, tendo a informação sido vazada posteriormente para outras regiões.

Cabe aqui voltar um pouco na história da Colônia, para lembrar que não seria a primeira vez que encontravam ouro em solo brasileiro. Como colocado por Russel-Wood (2004), existem relatos de descobertas próximas da vila de São Vicente em torno de 1560; de Paranaguá, em 1570; e na Bahia, em 1584, além de Pernambuco, que, embora fossem pouco fartas, estimularam o sentimento dos locais e da Metrópole em iniciar uma maior busca geográfica.

Como resultado da descoberta das primeiras grandes reservas de ouro na região de Minas Gerais, houve uma grande mobilização populacional não apenas dos membros da Colônia, sobretudo aqueles livres, mas pela primeira vez se constatou uma migração massiva de habitantes de Portugal para o Brasil em busca das riquezas ali encontradas. Ao contrário de outras minas já conhecidas pelo mundo, inclusive as africanas que os portugueses já haviam “limpado”, a facilidade de

encontrar o ouro de aluvião e sua facilidade de extração também permearam essa grande mudança e histeria em busca do metal.

O processo primitivo de lavar e peneirar o ouro mostrava-se o mais simples. O único instrumento necessário era a *bateia*, uma bacia grande e rasa, cônica, feita de madeira ou de metal, que o mineiro segurava com ambas as mãos. O solo arenoso, misturado ao cascalho que continha as pepitas de ouro, era colocado na bateia com alguma água suficiente para cobri-lo. O mineiro, então, rodava cuidadosamente a bateia num movimento circular ou elíptico, e, de vez em quando, inclinava-a para deitar fora um pouco da água e do cascalho, cuidando de que o ouro ficasse no fundo, até que fosse claramente visível(...). Os poços ou escavações feitas no curso da extração do cascalho, eram chamadas *catas*, e muitos terrenos de Minas Gerais depressa tomavam, por causa deles, o aspecto de favos” (Boxer, 1969, p.58).

Embora o sonho de um “Eldorado Perdido” estivesse na mente de todos aqueles que enfrentavam a difícil jornada de deslocamento até as regiões de mineração, os primeiros anos foram bastante tristes. Segundo as palavras de Simonsen (2005), a mineração do ouro teve um aspecto aventureiro seja por sua localização, seus exploradores e seu rápido esgotamento. O caminho de deslocamento inicial entre a região dos atuais São Paulo e Minas Gerais era bastante precário, pois não tinha estrutura de abastecimento e levava meses para ser completado. Mesmo aqueles que chegavam não teriam fácil destino, por pelo menos quatro anos entre 1697 e 1701. Crises de fome assolaram os mineradores, gerando um alto número de mortes por simplesmente não ter com o que se alimentar. Segundo Noya Pinto (1979), não era raro encontrar mortos com os bolsos cheios de ouro, porém sem uma mandioca sequer para comer.

Em um primeiro momento de exploração, a ocupação das regiões auríferas foi totalmente desordenada, já que as informações eram passadas boca a boca e na maioria dos locais não havia controle sobre posse territorial e nem sobre quem eram as pessoas que estavam ali lavrando. Segundo a descrição de Martino:

Normalmente, os mais pobres eram os faiscadores, que mineravam sozinhos e, quase nunca, pagavam o imposto dos quintos, pois a coroa não tinha como fiscalizá-los. Grande parte da população trabalhava dessa forma. Já as lavras precisavam de um investimento maior por parte daquele que a explorava, uma vez que este necessitava possuir um número razoável de escravos, pode-se dizer que até a virada do século XVIII, houve uma confusão generalizada na exploração do ouro. quem encontrasse um veio passava a explorá-lo imediatamente e, muitas vezes, nem comunicava a descoberta as autoridades portuguesas (Martino, 2014, p.16).

Vendo a rápida prosperidade e alta movimentação ao redor dessa nova atividade, a Coroa Portuguesa unia sentimentos de euforia e preocupação com as descobertas e, através de medidas protetivas, tentava acalmar os ânimos de todos. Segundo Russel-Wood (2004), o rei atuava para proteger a economia portuguesa de resultados talvez desastrosos dessa desorganização. Rapidamente limitou o número de pessoas que poderiam embarcar para o Novo Mundo, com a exigência de aprovação no passaporte, somente obtida quando demonstrassem que o motivo de sua viagem era legítimo e interessante à Coroa. Além da anuência, tinham a obrigação de depositar um valor “caução” que garantiria os custos de seu retorno.

Seguidamente aos impedimentos diplomáticos, outra decisiva medida seria tomada para controle português: a fazenda real impôs sobre a mineração um regime de fiscalização e tributação mais rigoroso do que os produtos até então exportados do Brasil, buscando ter controle total sobre a produção e exportação dos minérios. Já em 1700, foram enviados provedores portugueses para o recebimento do quinto do ouro produzido, valor cobrado como imposto sobre a extração equivalente a 1/5 (ou 20%)⁷. Nos anos seguintes, diversas outras imposições seriam colocadas para apertar o cerco ao contrabando e garantir a rentabilidade do negócio.

Os quintos arrecadados entre 1700 e 1713 ficaram em grande parte sujeitos à consciência dos declarantes, tais as dificuldades iniciais da administração. Os contrabandos apreendidos nesse período igualaram o total dos impostos arrecadados. (Simonsen, 2005, p.363).

Além da intenção arrecadatória, havia o medo de que pudessem perder os minérios em dívidas comerciais ou até mesmo serem atacados por outros países. Nos anos seguintes, outras medidas também apareceriam em torno da mineração, tais quais a instituição de tributações por derrama⁸ e a instalação de casas de fundição próprias da Coroa, que tornariam ilegal o comércio de qualquer ouro não processado e carimbado pelo próprio Estado.

As autoridades coloniais superiores viam aquela corrida do ouro com sentimentos mesclados, e sua atitude ambivalente refletiu-se nas reações da Coroa e do Conselho Ultramarino, em Lisboa. No despacho acima citado, de janeiro de 1701, Dom João de Lencastre mostra regozijar-se com o fato das últimas notícias vindas das minas formarem uma introdução

⁷ Esse mesmo imposto incidiria sobre diamantes e outras pedras preciosas.

⁸ Dispositivo fiscal criado para exigir uma produção mínima de ouro de cada localidade, sendo utilizada a cobrança da população caso não fosse atingido o valor mínimo.

excepcionalmente auspiciosa para o novo século, prometendo grande riqueza e prosperidade à pátria-mãe. Apesar disso, acrescentava ele, havia o grave risco de que aquele ouro do Brasil viesse a ser, posteriormente, tão inútil para Portugal quanto a prata americana o fora para a Espanha. O ouro, entrando pelo Tejo, poderia bem depressa deixar o mesmo rio, para pagar importações da França, da Inglaterra, da Holanda e Itália, de forma que "seria o proveito todo seu e o trabalho nosso (Boxer, 1969, p.64).

Em 1702, dando continuidade na apreensão portuguesa com o contrabando de ouro e a sonegação de impostos, o rei assina o Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro. Como premissas desse novo regimento estavam a obrigatoriedade de informar imediatamente as autoridades a existência de qualquer nova lavra (sob pena criminal) e regras sobre como seriam distribuídas as terras a serem exploradas, variando seu tamanho pela quantidade de escravos e poder que um feitor possuísse. O resultado foi a imposição de dificuldades para as pessoas "mãos livres" que haviam se deslocado para tal terra desconhecida com objetivo de enriquecer. Muitos desses trabalhadores passarão a exercer funções na agricultura e pequenos comércios.

Além das dificuldades já citadas anteriormente, outro marco importante gerado pelo crescimento sem ordenação do ciclo da mineração foi a Guerra dos Emboabas, ocorrida entre 1707 e 1709, caracterizada pelo conflito entre os bandeirantes paulistas que reivindicavam a descoberta e propriedade das minas de ouro lutando contra exploradores das mais diversas localidades, sobretudo vindos da Bahia, (chamados de emboabas pelos paulistas) pelo direito à produção das jazidas recém-descobertas. Uma guerra que desde o começo estava fadada ao fracasso por parte dos paulistas, valendo lembrar que naquele período eram pouco numerosos comparativamente aos advindos de outros locais, tanto que, ao serem derrotados, muitos migram para Goiás e Mato Grosso desbravando novas áreas auríferas. A Guerra dos Emboabas foi ponto decisivo para uma nova divisão territorial das capitânicas, gerando a nova região das Minas do Ouro ligada a São Paulo.

Como era de se esperar, toda a movimentação demográfica ocorrida na Colônia resultou no surgimento de grandes arraiais⁹ próximos aos garimpos, cuja interligação formou as primeiras vilas bem estabelecidas. Dentre os núcleos urbanos, o mais famoso foi o de Vila Rica, conhecido atual município de Ouro Preto. Seus arredores tinham características montanhosas e de difícil acesso, o que não impediu

⁹ Agrupamento de natureza transitória, em geral formado por homens livres que se dedicam a atividades de garimpo, mineração etc.

o desenvolvimento ao redor da produção aurífera, pois era fácil encontrar ouro de aluvião em pequenos rios que cortavam os vales da região, o que facilitou o estabelecimento societário local.

A presença permanente e não mais transitória de pessoas gerou uma característica até então inédita: a formação de comércios e manufaturas especializados para abastecimento local. Diferentemente das vilas próximas as grandes propriedades monocultoras (como no Nordeste), onde supostamente só haveria os muito abonados e os paupérrimos/escravos, a especialização dos serviços e as novas demandas geraram camadas intermediárias de renda (uma suposta classe média) dos trabalhadores da vila, que mesmo não tendo o poderio econômico dos grandes feitores portugueses, desenvolveram hábitos de consumo e alimentação mais refinados que os escravos e os trabalhadores braçais. Multiplicaram-se os palacetes, com a criação de ruas pavimentadas e um circuito cultural complexo, fomentando o surgimento de um mercado bastante variado.

Uma outra diferença importante entre a crescente economia mineira e a já estabelecida economia açucareira, se dá pela organização do trabalho. Segundo Furtado (2006), em Minas os escravos não foram maioria da população em nenhum momento, dividindo o meio laboral com muitos trabalhadores livres. Possuíam maior iniciativa e mais oportunidades de participar do meio social e público. Não são raros os relatos de muitos desses que conseguem comprar a própria liberdade, após acordos de pagamento com seus donos, passando a trabalhar por conta própria. Na economia açucareira, esses atributos eram impensáveis.

A maciça e numerosa busca pelas preciosidades ao longo dos rios levou ao rápido esgotamento da produção no formato de aluvião. A facilidade em encontrar ouro no leito dos rios, misturado com partículas de outras rochas e metais, era acentuada pela pequena aparelhagem necessitada para separação dos elementos, o que permitia a praticamente qualquer um desempenhar papel de minerador. Nessa nova fase, de rareamento do ouro de aluvião, os mineradores passaram a extrair seu produto do subsolo, escavando túneis nas encostas dos morros. Agora necessitavam de equipamentos mais sofisticados e mais mão de obra, mudando o perfil para as chamadas “minas” (que futuramente nomeariam a Capitania local e a atual Unidade Federativa).

Tão imprecisa quanto a data de descoberta dos primeiros veios de ouro, o mesmo ocorreu para as primeiras reservas de diamante. Segundo relatos, nos locais

já explorados era comum, em meio aos cascalhos, encontrar pedras brilhantes que chamavam atenção dos trabalhadores, mas que não sabiam qual era o seu valor econômico (Noya Pinto, 1979). Certo mesmo é que, em 1729, já se tem registros escritos em cartas ao rei português sobre a exploração dos diamantes no Brasil. Como exigiam um trabalho de limpeza e lapidação apurado e seu mercado era sobretudo para joias e artigos de luxo na Europa, possuíam uma valorização absurda, mas com pouca facilidade de circulação como moeda. Poucos anos depois da descoberta, a Metrópole irá tomar medidas para conter a extração do diamante, limitando a área de produção ao Arraial do Tejuco (Diamantina) e armazenando ela própria as reservas exportadas de forma a evitar uma enxurrada do produto no mercado e consequente baixa dos preços (Prado Junior, 1961).

Nas zonas diamantíferas, os regimes de trabalho, o fiscal e o administrativo, eram por demais severos. Sendo o produto de fácil contrabando, o controle era rigorosíssimo, sendo frequentes os purgantes ministrados aos trabalhadores, que se desconfiava haverem ingerido alguma pedra preciosa. [...] Era expressamente vedada a entrada de advogados profissionais nas regiões mineradoras, nas quais nem mesmo podiam habitar os bacharéis formados (Simonsen, 2005, p.371).

O advento do diamante como produto complementar ao ouro, aliado ao aumento da produtividade e concentração demográfica em virtude da necessidade de mais mão de obra escrava para as minas no subsolo, gerou um desequilíbrio na economia interna da Colônia. Todos os caminhos e pensamentos estavam voltados à mineração. Os preços dos produtos e dos escravos aumentavam vertiginosamente, sobretudo pela polarização dos interesses comerciais brasileiros nas áreas mineiras (que tinham abundância de minérios e subsequente liquidez por facilidade de trocas, gerando desabastecimento mercantil principalmente aos setores canavieiros). Pelas crescentes desvalorizações dos produtos ocasionadas pela inflação interna, as áreas açucareiras enfrentariam desvantagens comparativas em relação ao mercado Internacional, desestimulando a produção como um todo e estagnando seus números por notável período. O açúcar perderia assim, na primeira metade do século XVIII, o posto de principal produto colonial (Noya Pinto, 1979).

Curiosamente, à medida que gerava insatisfação em outros setores, o desenvolvimento minerador na região das Minas Gerais era bloqueado em suas mesmas atividades em outras regiões do Brasil pela Coroa Portuguesa. Esses locais

deveriam manter suas produções já estabelecidas, sobretudo no litoral, postulando que suas atividades eram essenciais para a manutenção do sistema econômico. A respeito das proibições de mineração em outras regiões, Russel-Wood coloca que:

A interdição real do desenvolvimento das minas na Bahia fora provocada pela consideração estratégica de que elas induziriam as pessoas a abandonar a cidade de Salvador e o Recôncavo. O rei temia que a força humana remanescente fosse incapaz de defender a cidade contra o ataque de estrangeiros, ou de negros ou índios insurretos, que se sentiriam tentados a fazê-lo diante do pequeno contingente de brancos. Esses temores eram infundados, mas o impacto econômico e demográfico das novas descobertas representou séria ameaça às regiões costeiras do Nordeste e exigiram intensas medidas. A câmara de Salvador chegou a requerer à coroa que fossem proibidas todas as atividades mineiras, pedido que foi ignorado. Durante toda a primeira metade do século XVIII, as câmaras das cidades e vilas da costa atribuíram todos os seus infortúnios à mineração (Russel-Wood, 2004, p.475).

Se por um lado a mineração trazia desequilíbrio para alguns setores e esperança de prosperidade para os envolvidos, por outro desencadeava dificuldades na segurança da população e da produção. O Rio de Janeiro, que virara o principal centro exportador do ouro e mercador de escravos, era alvo de investidas estrangeiras, sofrendo inclusive ataques armados. Em 1710 e 1711, aconteceram duas tentativas de invasões francesas na cidade, sendo a primeira contida, mas causando a perda de enorme quantidade de ouro na segunda. Antes mesmo de se tornar a capital da Colônia, a cidade receberia vultuosos investimentos para proteção militar.

Ainda reflexo da Guerra dos Emboabas e da busca por novas regiões auríferas, em 1719 será encontrado ouro em Mato Grosso, então extremo oeste do territorial colonial. Tal qual Minas Gerais, a busca incessante pelas riquezas promoveu uma movimentação grande de pessoas que culminou no desenvolvimento de diversas vilas nos anos seguintes. A situação, contudo, não era tão favorável: ataques indígenas, malária, escassez de mercadorias, preços altos e muitas mortes (Noya Pinto, 1979). O que mantinha a produção e a população ali eram os grandes achados, semelhantes aos primeiros de Minas Gerais. Os caminhos para Mato Grosso eram quase todos fluviais, partindo de São Paulo e aproveitando a larga bacia hidrográfica, com implantação de ligação terrestre com Goiás, permitindo fluxo regular de cargas, a partir de 1736.

Por incentivo da Capitania de São Paulo, outra bandeira exploradora seria enviada aos sertões sob a batuta de Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva), para refazer os caminhos descobertos anos antes por seu pai. Em torno de 1725, sua expedição retornou com alta quantidade de ouro, simbolizando o grande achado: as minas de Goiás. Como cenário repetido, a balbúrdia em torno da informação gerou uma migração rápida, agora com a vantagem de não possuir tantas intempéries para os chegados quanto Mato Grosso. Assim, a mineração se desenvolveu nos mesmos moldes daquelas outras, décadas atrás, enaltecida por uma boa quantidade de rotas até Goiás (Noya Pinto, 1979). A área extensa da atividade mineradora comparada à de Minas Gerais impediu a formação de núcleos urbanos complexos, a correta fiscalização régia e desenvolveu uma sociedade quase anárquica. Como resultado, o panorama das minas de Goiás foi de pouca assertividade em números totais, contrabando forte e regressão tão forte quanto a ascensão.

Nesta mesma época foi aberto o caminho entre Cuiabá e Goiás que, como já vimos, permitiu a entrada regular de gado e de outras mercadorias para aquelas minas via Goiás. Sabemos que a grande parte do gado consumido em Goiás era proveniente dos currais do São Francisco, o que nos leva a afirmar que a maior rede de **comércio ilícito** acabava de se formar no Brasil colonial, uma vez que para a metrópole a única via legal de comunicação, tanto para o Mato Grosso quanto para Goiás, era São Paulo (Noya Pinto, 1979, p.104, grifos do original).

O auge da mineração ocorreu exatamente no meio do século XVIII, quando as três principais regiões de exploração já estavam integradas ao restante da Colônia, estabelecendo núcleos populacionais fixos e dinamizando o comércio interestorioral. Outro ponto chave para o principal período do ouro foi a mudança do eixo econômico para o Centro-sul, inclusive com a substituição da capital para o Rio de Janeiro, conforme aumento de protagonismo pelo movimento portuário.

Ao mesmo tempo em que as regiões mineradoras estavam no ápice da procura e sustentavam um imaginário de riqueza e prosperidade, não eram favoráveis em termos de solo e relevo, ao desenvolvimento da agricultura e nem da pecuária, atividades básicas para garantir a subsistência da população e a produção. Para o abastecimento local, foi necessário recorrer rapidamente a caminhos para territórios mais consagrados em abastecimento (Furtado, 1961). Assim Vieira disserta sobre a

expansão territorial da pecuária e a consequente expansão das terras naquele momento:

No alvorecer do século XVIII, com a descoberta das reservas auríferas nas regiões centrais da América Portuguesa, a atividade criatória ganhou impulso maior ainda, ao acompanhar os colonos luso-brasileiros em direção ao Eldorado brasileiro (Minas, Mato Grosso e Goiás). Será apenas após o efêmero surto minerador que a pecuária assumirá posição primordial na ocupação dos sertões centrais. Embora não tenha ocorrido um projeto claro por parte da Coroa Portuguesa, no sentido de se promover um estabelecimento estável da vida econômica e social para o interior da colônia, a atividade pastoril foi a responsável pelo surgimento de arraiais e povoados, os quais puderam evoluir para a instalação de freguesias e vilas (Vieira, 2011, p.13).

3.2 AS NOVAS ROTAS COMERCIAIS

A mineração só consagrou seu desenvolvimento com o surgimento de alguns importantes caminhos de ligação comercial. Boa parte da motivação da construção dos caminhos advinha do interesse do controle do escoamento do ouro junto ao desejo privado de exploração da rota e suas consequentes atividades comerciais e de abastecimento. Podemos dividir essas rotas por atividade, local e fundação. Mas algo em comum desse desencadeamento de caminhos foi o aparecimento de novas ocupações mercantis. O tropeirismo deve ser a mais conhecida; esse era o mercador responsável por abastecer as regiões mineradoras com animais, bens de consumo e alimentos em troca de metais preciosos. Esse simples, mas desgastante trabalho, de percorrer o território para a realização de trocas mercantis, foi um dos estopins do processo de integração territorial da Colônia. Nas mesmas rotas de exportação do ouro e diamante, chegariam os produtos para abastecer a mineração. Carne, couro e as mulas poderiam ser fornecidas por fazendas ao longo do Rio São Francisco, na Bahia, e posteriormente vindas dos campos do Sul, majoritariamente do Rio Grande do Sul. Cidades do Sudeste, como São Paulo e Sorocaba, cresceram como entreposto comercial entre essas regiões.

Vamos partir então para uma breve tentativa de definição cronológica e das especificidades dos caminhos. Como foram abertos e desenvolvidos contemporaneamente em pontos diversos da Colônia, é impossível precisar uma ordem. Notadamente esses foram os caminhos mais importantes para as minas:

- Caminho de São Paulo¹⁰
- Caminho Velho
- Caminho da Bahia
- Caminho Novo
- Caminho de Goiás
- Caminho de Mato Grosso
- Caminho de Viamão¹¹

Alguns outros importantes caminhos são resultantes ou anexos desses, com regiões próximas, mas não serão citados por serem menores, de difícil identificação e documentação. Exemplos: Caminho de Cruz Alta, Caminho das Missões, Picada de Goiás, Estrada do Norte.

Sobre o início da integração comercial para o interior e rumo aos garimpos, os pioneiros devem ser as rotas bandeirantes dos paulistas em direção às Minas Gerais. Os novos traçados não eram fáceis, distâncias enormes separavam quaisquer umas das regiões da zona mineira. Além das grandes distâncias e do tempo gasto nesses trajetos, especificidades topográficas constituíam desafios para qualquer um que ousasse seguir os rumos de dentro. Os portugueses sofriam com o clima quente em boa parte do ano, os locais temiam a falta de suprimentos, sendo que para ambos a utilização da força animal de carga era indispensável.

Abundavam os animais selvagens, os insetos venenosos, as cobras e a flora nociva ao homem (e, em sua maioria, desconhecida dos europeus). Os índios hostis eram uma ameaça constante, e embora no século XVIII a sua presença possa ter decrescido em algumas rotas, eram não obstante uma força a enfrentar em todo o interior do Brasil. Se o viajante conseguisse sobreviver a esses riscos naturais, tinha ainda de arrostar os perigos advindos das inadequações pessoais. Muitos eram totalmente despreparados, quer física quer psicologicamente, para essas jornadas (Russel-Wood, 2004, p.479).

A primeira documentação de caminhos demarcados que rumavam às descobertas de ouro evidencia a antiga ligação entre a região de Piratininga (atual

¹⁰ É difícil categorizar esse caminho separado do Caminho Velho. Ambos percorriam a mesma rota em grande parte de seu percurso, mas devido à dificuldade de determinar quando foi criado o Caminho da Bahia, vamos definir esse como o pioneiro.

¹¹ Caminho que interligará ao Velho, mas de notada importância.

São Paulo) com os afluentes altos do Rio São Francisco (principalmente Rio das Velhas). Esse caminho, que cruzava o Vale do Paraíba, era em boa parte caracterizado por picadas na mata feitas pelos indígenas, maiores conhecedores da região, e recebeu o nome de Caminho Geral do Sertão. Seu desenho é semelhante ao caminho desbravado por Fernão Dias Paes na metade do século XVII, que chegaria até a Bahia (Scarato, 2009). Essa pioneira rota era bastante fechada e perigosa, não sendo raros os relatos de mortes e sumiços em seu percurso.

Em seguida, de um desvio desse Caminho Geral do Sertão rumo ao litoral, surgiria talvez o caminho mais simbólico do ciclo do ouro: O Caminho Velho, que ligava Paraty¹², pequena vila portuária, a Pindamonhangaba, seguindo dali adiante o antigo caminho paulista. Sua abertura foi justificada pela necessidade de uma rota mais rápida e curta até o litoral. O “novo” Caminho Velho traria a projeção necessária para a atividade mineradora, pois agora seria expandido em sua capacidade, desenvolvendo paradas de abastecimento e melhorias em seu curso. Com acesso mais delineado ao mar, o embarque de trabalhadores e manufaturas rumo ao interior ganhou constância e o Caminho Velho será por algum tempo o único viável comercialmente para atividade mineradora, sendo “oficialmente” o mais apropriado para a chegada de mercadorias e escravos e saída de ouro, mantendo sua trajetória como o mais utilizado até 1717.

Pela ordem descrita anteriormente, pode ser que o Caminho da Bahia seja o pioneiro a chegar ao ouro, já que a pecuária era presente nos sertões próximos, mas falta documentação para essa comprovação. Era caracterizado pelo encontro de diversas linhas (terrestres e fluviais) no Rio São Francisco, e desse rumava até o Rio das Velhas. Era um caminho bem mais longo que aquele do Sul, mas que não encontrava as mesmas dificuldades geográficas de trânsito. Além da abundância de água e do terreno majoritariamente plano, a passagem tinha em longa parte de sua trajetória a presença de fazendas de criação já estabelecidas, que suportavam a demorada travessia (Scarato, 2009).

O caminho da Bahia então pode ser definido como o primeiro ponto de envio em massa de animais para a região mineira. O fato é que a pecuária extensiva, fruto da demanda por animais de carga e transporte em Salvador e outras cidades nordestinas, já produzia rebanhos pelo leito do Rio São Francisco, ainda no século

¹² Apesar da existência do porto em Paraty, as cargas não saíam e nem chegavam direto da Europa; as frotas iriam margeando a costa até o Rio de Janeiro.

XVII. Por conta disso e da multiplicação dos chamados “descaminhos” pelo sertão, a Coroa proibiu qualquer transporte (mercadorias, pessoas, ouro) que não fosse o de animais com fins laborais.

O interesse em uma nova rota, conforme descrito em carta do governador Arthur de Sá ao rei, era substituir o caminho antigo de Paraty, que levava mais de três meses para chegar ao Rio de Janeiro e cerca de dois meses a São Paulo, fora a ação de piratas na costa. Um caminho novo nos moldes imaginados possibilitaria realizar os percursos em cerca de 15 dias, chegando diretamente ao porto do Rio, assim facilitando a fiscalização e arrecadação da Coroa, além de desenvolver outras atividades em seu curso. Foi levado a cabo no início dos setecentistas e segundo análises documentais de 1711, o percurso pelo caminho novo, saindo do Rio de Janeiro, demorava de 10 a 12 dias (Scarato, 2009). Segundo Straforini (2010) descreve, que apesar da menor duração, a regulamentação mais rigorosa nesse novo caminho exigia que todo viajante pagasse direitos de passagem direto à Coroa, aumentando a receita portuguesa com o comércio por rotas.

Segundo Scarato (2009), apesar da construção e da ambição do Caminho Novo, este só teria suplantado o Caminho Velho em sua importância econômica em 1717, embora o segundo nunca tenha sido abandonado. Dali em diante, a nova rota causou a centralização de todo o abastecimento das minas, na exportação e importação, suplantando São Paulo e Bahia. Não à toa, “o Rio de Janeiro tornou-se importante centro econômico, entreposto comercial e centro político com a transferência da sede administrativa colonial em 1763” (Chaves, 2003, p. 92).

Os caminhos para Goiás foram marcados pelas bandeiras por terra, tendo duas rotas importantes, a ligação com São Paulo ou Rio, passando pelo setor minerador de Minas Gerais (que era a via oficial do escoamento do ouro), e a ligação com a Bahia, teoricamente proibida e que seria marcada pelo contrabando do ouro. Prado Júnior (1961) expõe que foi uma região que se dividiria em duas comarcas mineradoras conectadas, uma ao norte e outra ao sul, sendo a sulista mais importante, centrada em Vila Boa. Tal qual Mato Grosso, teria tido uma grande decadência quando da crise do ouro no fim do século XVIII, sendo que suas rotas permitiram a saída da região e o transporte para o Leste do Tocantins e depois ao território maranhense nos fins do século XVIII.

O Mato Grosso teria sido o segundo núcleo a se desenvolver por causa da mineração, mas seu caminho mais conhecido demoraria a ficar pronto.

Diferentemente dos demais que possuíam vias terrestres, nos primeiros anos do caminho do Mato Grosso o trajeto fora realizado por vias fluviais, seguindo a rota dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari, Coxim, Paraguai, São Lourenço e Camapuã, saindo de São Paulo. Posteriormente houve construção de estradas, como a ligação entre Cuiabá e Goiás em 1737, feita como alternativa devido a conflitos nas rotas fluviais oriundas de investidas dos índios paiaguás e guaicurús (Simonsen, 2005). A região obteve menos destaque que Minas Gerais, já que teria diversos entraves como visto no subcapítulo anterior, o que resultou num interesse migratório um pouco menor e uma decadência incisiva e rápida, de modo que, ao elevar Cuiabá, capital da região ao *status* de vila, em 1746, o interesse maior teria sido pela sua posição estratégica de defesa no Rio Guaporé contra os domínios espanhóis, e não por causa do ouro. (Prado Júnior, 1961). Contudo, apesar do menor impacto que a exploração do ouro teria tido, Simonsen (2005) argumenta que a mineração teve papel vital na expansão das fronteiras ocidentais, além dos caminhos que passavam por Mato Grosso ocasionarem forte desenvolvimento na criação de pecuária de subsistência.

Partindo ao Sul, temos o Caminho de Viamão ou Caminho das Tropas, que ligava a Capitania de São Pedro do Rio Grande (Rio Grande do Sul) a Sorocaba passando pela região dos Campos Gerais, no Paraná. No Sul do Brasil a criação de animais já era conhecida desde o século XVII, e como já falado outrora, as condições geográficas de planícies se mostraram adequados para a pecuária e já vinham sendo desenvolvidas ali desde a utilização do mesmo mercado para a mineração de prata na América Espanhola (Bacia do Prata). Conforme mostrado por Suprinyak (2008), o comércio de mueres e derivados dos animais como o charque e o couro até então era feito via navegação de cabotagem por Laguna, porém a mesma não poderia ser utilizada para transporte de animais vivos, necessitando de uma rota terrestre.

Após um longo período sem caminhos adequados que ligassem aquela porção sul à região central do país, em torno de 1730 é que fica comercialmente viável a criação e utilização de uma rota terrestre para a passagem dos animais de carga do Sul. Essa data vai de encontro com o ápice do crescimento no comércio de animais na região das Minas Gerais, sendo, portanto, de grande valia. Prado Júnior (1961) expõe a importância das "tropas de bestas" que vinham do sul para alimentar toda a máquina colonial, as quais constituiriam a principal forma de locomoção e transporte desde a Colônia até o Império, ao mesmo tempo que salienta a contínua movimentação nas estradas das tropas recrutadas em São Paulo que eram

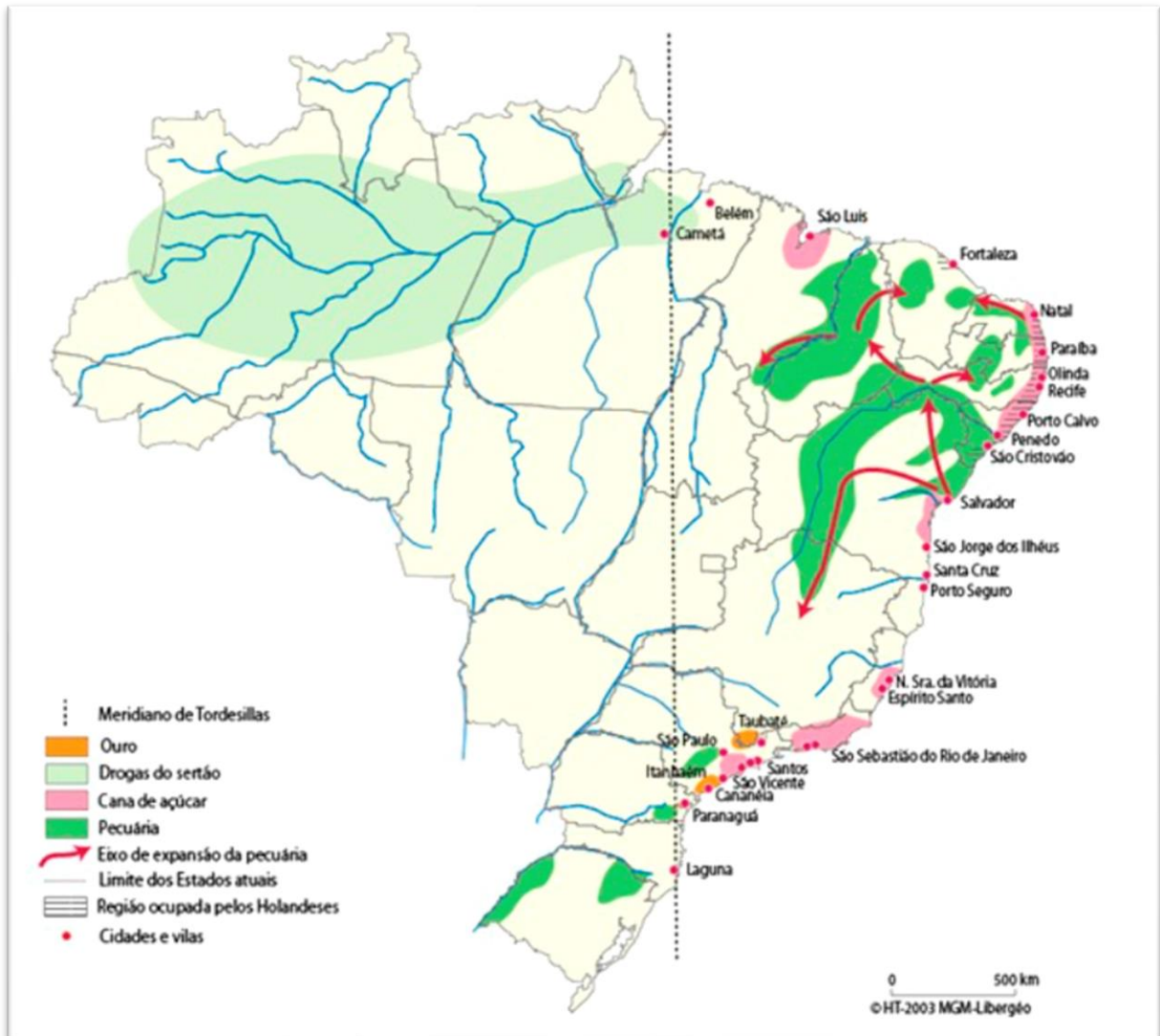
destinadas a defender e ocupar as fronteiras do sul das ameaças dos demais territórios platinos. Nesta mesma questão, Simonsen (2005) argumenta que as concentrações de mineiros necessitavam de artigos para instalação e consumo, para além de animais, como gado e mulas, que possuíam função vital nos transportes, o que fazia a produção animal ao sul receber destaque. É também neste contexto que enaltece a figura dos tropeiros, que seriam vitais na função de ligar e manter a comunicação no interior da Colônia.

Apesar de todas estas insuficiências, o sistema de viação interna do país representa um grande papel na vida e na economia da colônia. Não terá nunca, é certo, a importância das ligações marítimas, bastando para isto o fato de se concentrar na costa a maior parte da população colonial. Mas apesar disto, a circulação interior está longe de ser desprezível. Em primeiro lugar porque se situam longe da costa os centros mineradores, onde se aglomerava um povoamento relativamente denso. Doutro lado, é do interior que provinha o gado com que se sustentava a população litorânea (Prado Júnior, 2006, p. 108).

Para finalizar esse trecho em relação às rotas, vale a pena lembrar que todo o ouro e diamantes produzidos na Colônia circulava por caminhos, sejam eles regulares ou não, o que permeava o interesse no controle da circulação do território por parte da Coroa Portuguesa. Desde o início da mineração, as ações de fechamento e abertura de rotas, além da obrigatoriedade na utilização de certas passagens, também movimentava um jogo de interesses políticos e de busca por excedentes (Straforini, 2010).

O mapa 1 facilita a visualização das mudanças paradigmáticas da Colônia e das novas rotas comerciais geradas, descritas anteriormente, demonstrando as produções econômicas e seus locais de existência durante o século XVII. O mapa 2 apresenta-se da mesma forma, mas referente ao século XVIII.

Mapa 1 – Circuito produtivo e ocupação no Brasil (século XVII)



Fonte: Adaptado de Albuquerque (1977)

Alguns apontamentos podem ser feitos sobre o período anterior à mineração:

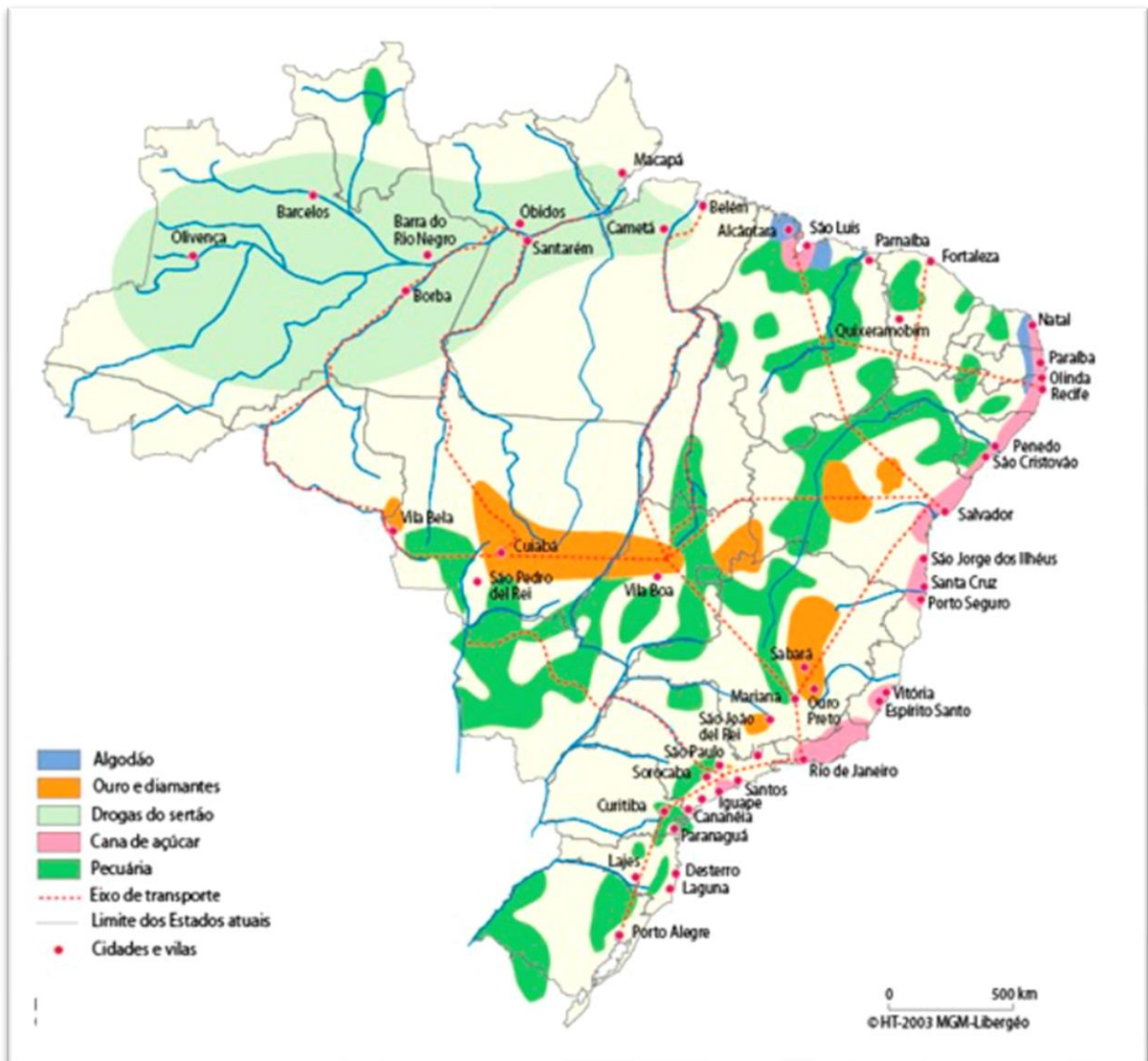
- Praticamente todas as vilas estavam a leste do Tratado de Tordesilhas, mostrando que apenas no lado português do atual território brasileiro houve de fato uma ocupação;
- Como já citado, foram encontrados resquícios de ouro antes do século XVIII em regiões do Sul, Sudeste e até mesmo do Nordeste, contudo não desempenhavam papel de relevância, sendo restritos a poucos achados;
- De forma extrativista e utilizando bastante da sabedoria e da mão de obra indígenas, eram exploradas as “drogas do sertão” na Amazônia, que consistiam em todo e qualquer produto da fauna (ossos, peles, carne etc) e da flora (folhas, sementes, raízes, frutas etc) da região que pudesse ter valor comercial. Portugal

buscava a substituição das especiarias das Índias, muito custosas pelo transporte. Seu transporte fluvial, seguido pelo Atlântico direto à Europa, não tinha ligações relevantes com outras regiões do Brasil, até mesmo pela falta de caminhos terrestres, salvo algum abastecimento local por cabotagem;

- A cana-de-açúcar consolidou-se no litoral ao longo do século XVII, com a formação de centros urbanos, auxiliando no desenvolvimento da pecuária acessória;
- Já a pecuária se expande ao longo dos grandes rios, fornecendo alimentos e animais para o trabalho, além de servir como ocupação do território. Apesar do avanço, não promove grande desenvolvimento no interior da Colônia.

O mapa 2 mostra profundas diferenças na ocupação territorial e insere as grandes rotas comerciais, elemento fundamental para a compreensão das novas dinâmicas territoriais do século XVIII. Ao contrário do que ocorrera na economia açucareira, a produção metalista precisava de uma estrutura maior, sobretudo de transportes, já que sua localização era interiorana, bastante distante do mar. O abastecimento das comunidades mineiras (primeiro Minas Gerais e, posteriormente, Goiás e Mato Grosso), que tinham entre as suas características serem mais pulverizadas em sua pirâmide social e a necessidade de transporte dos minérios aos portos, iniciou um novo processo de desenvolvimento de caminhos terrestres e fluviais, utilizando sobretudo animais de carga e integrando diferentes regiões isoladas.

Mapa 2 – Circuito produtivo e ocupação no Brasil (século XVIII)



Fonte: Adaptado de Albuquerque (1977).

Agora seguem algumas inferências que contemplam o recorte temporal deste estudo:

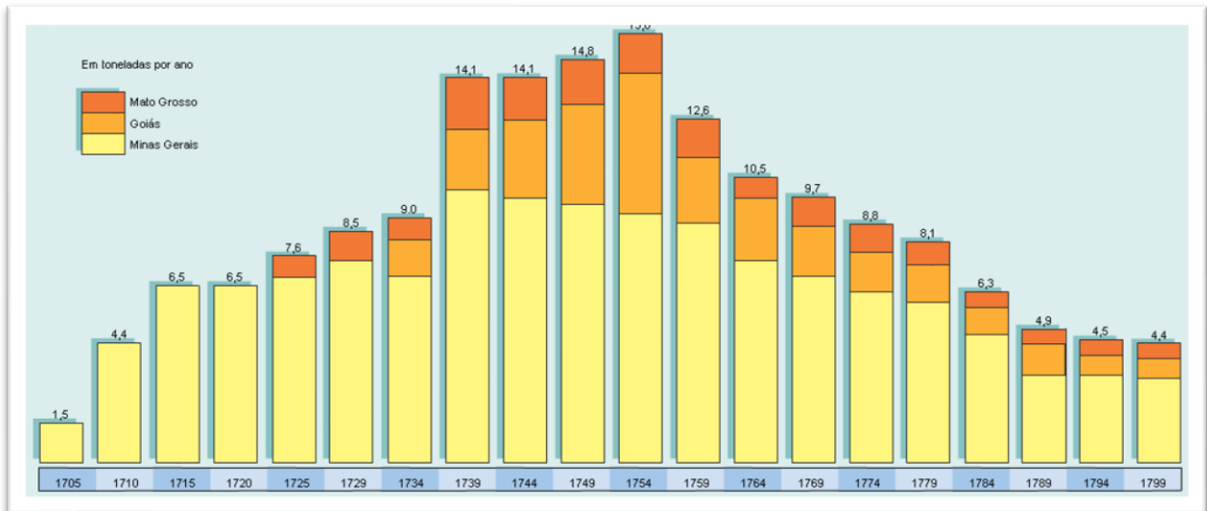
- O aparecimento de um vasto número de eixos de transporte interligando regiões antes isoladas, seja por via terrestre ou fluvial. Na cultura da cana-de-açúcar não ocorreram modificações em seus locais de produção, pois não era uma cultura de subsistência, ou seja, a localização próxima do litoral era propícia à exportação;
- A dispersão da mineração pelo interior do Brasil, integrando assim, por suas necessidades, vários eixos de transporte;

- A substituição do Tratado de Tordesilhas pelo Tratado de Madrid, em 1750, praticamente instituiu a configuração geográfica brasileira que conhecemos hoje. Expansão (pelo *uso possidetis*, ou posse pelo uso) de terras ao oeste, com contraponto da entrega à Espanha da Colônia de Sacramento;
- A atividade pecuária se mantém na proximidade dos leitos de grandes rios, mas notamos um aumento da interiorização dessa atividade para suprimento interno, sobretudo anexo aos locais de mineração;
 - Desenvolvimento inédito de vilas na parte central da Colônia;
 - Aparecimento do cultivo do algodão no entorno de São Luís e no eixo Natal-Recife, mas seu surgimento em Minas, e outras áreas do Nordeste datará apenas do final do século XVIII, sobretudo pela valorização da indústria europeia de tecelagem.

3.3 DECLÍNIO

O declínio da economia de mineração ocorreria ao longo da segunda metade do século XVIII (Gráfico 1) e se deu pela escassez da produção ou pela inviabilidade de exploração com baixa rentabilidade nas minas ainda trabalhadas. Desenha-se assim um ciclo de rapidíssima expansão e retração para os padrões produtivos. Esse fato produziu um antagonismo nunca visto, como salienta Furtado (2007). Após um crescimento populacional absurdo em poucos anos, em busca de prosperidade por parte de colonos e habitantes da Metrópole e um ciclo de altíssima produção no geral, a queda e o desinteresse com a exploração mineral culminaram numa rápida desarticulação econômica, dispersando grande parte de seus elementos e isolando grupos que até então mostravam nova comunicação e trocas inter-regionais. Simonsen (2005) reforça a colocação de Furtado, chamando de “grande crise” a situação do Centro-Sul nesse novo período sem a presença de uma produção forte. Além disso, lembra que a pouca especialização dos trabalhadores mineiros dificultava novas atividades.

Gráfico 1 – Produção de ouro no Brasil (século XVIII)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2016).

Se a economia perdia um ponto de inflexão grande, o êxodo do interior rumando outras regiões na busca de oportunidades de trabalho reafirmava o esvaziamento minerador. Goiás e Mato Grosso compartilharam características diferentes daquelas visualizadas nas Minas Gerais, pois submetidos a rápida decomposição social após curto período de exploração volumosa. Somente em Minas Gerais a extração do ouro e diamantes ao findar do século XVIII conservou importância local, pela maior quantidade de trabalhadores recebida e estabelecimentos de vilas bastante desenvolvidas para o padrão contemporâneo.

Mato Grosso e Goiás, que passaram por um processo de formação tardio, presenciaram um despovoamento maior e em curto espaço de tempo. Na região de Mato Grosso ainda é possível dizer que as perdas foram menores, já que a pecuária se consolidava como o setor primário da economia. Goiás, todavia, perderia a maioria de sua população, não sendo rápida a alteração desse cenário (Prado Júnior, 1961).

Para Prado Júnior (2006), durante quase meio século de exploração das minas, a atividade ocupou a maior parte das atenções no território e desenvolveu-se na crista da decadência de outras atividades. O fluxo de pessoas para as minas foi inédito e já seria suficiente para desequilibrar a vida na Colônia e transformar seus aspectos geográficos. Se antes o povoamento do Brasil era caracterizado por pequenos e médios núcleos espaçados, verifica-se uma nova ocupação, interligando o centro do continente sul-americano. Por outro lado, ele acusa a administração portuguesa pelo apressamento na decadência mineradora, já que o interesse apenas nos excedentes,

sem qualquer preocupação com melhoramentos técnicos e sociais, transformou o período posterior em uma grande depressão.

Nestas condições não é de admirar a prematura decadência da mineração. Chega-se em fins do séc. XVIII a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos os depósitos auríferos superficiais em toda a vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então seu colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer frente à eventualidade. Os recursos necessários para restaurar a mineração, reorganizá-la sobre novas bases que a situação impunha, tinham-se volatizado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto da corte portuguesa e na sua dispendiosa e ineficiente administração; as migalhas que sobravam desta orgia financeira também se foram na dissipação imprevidente dos mineradores e na compra de escravos importados da África. A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasites, e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre. (Prado Júnior, 2006, p.55).

Não obstante os problemas fiscais pela ausência de tão importantes minérios, Portugal passaria a enfrentar diversas revoltas de colonos, muito devido ao desenvolvimento urbano local e de elites comerciais e intelectuais que emergiram com questionamentos dos modelos tributários impostos e até mesmo da necessidade de independência da Metrópole. São alguns exemplos típicos as conjurações de Minas Gerais (1789), Rio de Janeiro (1794), Bahia (1798) e Pernambuco (1801).

Apesar da rápida decadência e dispersão na mineração colocadas por Prado Júnior e Furtado, não há dúvidas de que o processo como um todo teve um grande papel na mudança da vida na Colônia, como a diversificação da produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado interno. Ao final do século XVIII, a crise da mineração inverteu relativamente o papel dos caminhos comerciais criados a partir da mineração. Conforme Lenharo (1992), os caminhos que rumavam para Minas Gerais agora se orientarão para o Rio de Janeiro, a nova capital, levando grandes quantidades de queijo, frangos, gado e outros alimentos que tinham passado a ser produzidos para subsistência ainda durante o ápice da mineração.

Outro setor importante que diversifica seu mercado, apesar do declínio do chamado ciclo do curo, é o comércio de animais de carga, sobretudo vindos do Sul. Muitos animais continuavam a desempenhar papel importante no transporte interno de mercadorias, já que Minas mantivera um grande contingente demográfico e de mercados locais. Apesar disso, os principais consumidores deixaram de ser aqueles voltados às antigas áreas de mineração e passaram, sobretudo, à distribuição de

importações pelo território pela crescente demanda da cultura canavieira e cafeeira do Sudeste.

Boschi (2002) coloca ainda que é preciso entender o fenômeno da mineração não apenas como local e passageiro. Após a queda da atividade, várias cidades estabelecidas mantiveram seu prestígio, agora como centros abastecedores agropecuários ou entrepostos de comércio. No século corrente, não era apenas a exploração aurífera e diamantífera que permeou a organização da sociedade, pois as atividades manufatureira, artesanal e agropastoril também tiveram sua importância.

Saliente-se, além disso, que o apogeu da chamada "civilização mineira", época de maior fulgor na produção artística, arquitetônica, musical e literária, dá-se na segunda metade - sobretudo no final - do século, quando, reconhecidamente, já não era o ouro a atividade produtiva referencial na economia da Capitania. Para fazer uma única menção de caráter setorial, recorde-se que, naquela altura, Minas passa por um verdadeiro processo de substituição de importações, tornando-se fornecedora e ponto de inflexão para o desenvolvimento das capitanias vizinhas (Boschi, 2002, p.64-65).

Se analisarmos os dados demográficos do território brasileiro colonial no século XVIII, podemos notar que o período foi essencial para o crescimento e expansão econômica como um todo. Conforme a Tabela 1, os setecentos foram aqueles em que houve o maior acréscimo populacional até a independência do país, e foi notadamente maior que em outros períodos.

Tabela 1 – Estimativas populacionais do território brasileiro

Anos	Autor	População estimada
1600	Contreiras Rodrigues	100.000
1700	Celso Furtado	300.000
1800	Giorgio Mortara	3.660.000
1823	Giorgio Mortara	5.025.000

Fonte: IBGE (2007)

Como resultado do aumento agudo da população, podemos inferir que mesmo com a notável escassez na extração de minérios ao final do período, o mercado local teve a obrigação de se adaptar à nova conformação, para necessidade de suprir as novas demandas de trabalho e consumo.

4. DEBATE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se analisarmos o processo de colonização do Brasil desde sua conquista, em 1500, até o século XVIII, notamos uma característica econômica mercantilista voltada à acumulação primitiva de capital em Portugal. Dessa forma, o trabalho e a produção nas diferentes regiões coloniais focavam primordialmente na exportação de bens e minerais para a Metrópole, que por sua vez era responsável pela produção de manufaturados (de maior valor agregado). A temática da formação econômica e dos mercados no Brasil colonial é bastante controversa no tocante da acumulação primitiva e se realmente essa moldou a formação do modo de produção capitalista na Europa, propiciando o surgimento de uma nova fase industrial. Nesse debate encontramos diversas reflexões, com notáveis autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Roberto Simonsen.

Mas, direcionando o foco para a Colônia, no século XVIII, caracterizado pelo ápice da atividade mineradora, houve de fato o advento do mercado interno brasileiro? Quais as mudanças econômicas são derivadas desse contexto histórico que tem a mineração como eixo central? A priori, parece claro que Minas e demais regiões próximas representaram um papel crucial no século XVIII, tornando-se um centro econômico e social de toda a Colônia, diferentemente do que visto em outras culturas, como a canavieira e o tabaco. O ouro e os diamantes possibilitaram, então, uma maior divisão social do trabalho e conseqüentemente da riqueza gerada, já que a sua fácil extração e manipulação agregou trabalhadores de todas as áreas e classes. A maioria dos autores que analisam esse processo temporal do “ciclo do ouro”, ocorrido sobretudo nas Minas Gerais, coloca-o como foco central no desenvolvimento de um comércio inter-regional devido ao grande deslocamento de pessoas para região e ao incremento na necessidade de produção de alimentos e de bens de consumo para essa expressiva população. Esse povoamento do interior para atividades da mineração enfrentava um conjunto de desafios que pode ser utilizado para essa explicação. O solo acidentado e a natureza ingrata não permitiam condições favoráveis à agricultura e à pecuária; assim, os alimentos essenciais na Colônia necessitavam de início de outros espaços geográficos para abastecimento.

Em relação aos autores, temos variadas posições sobre cada objetivo apontado na introdução deste trabalho, tentaremos fazer uma compilação das informações encontradas, buscando uma lógica de proximidade de opiniões, sem necessariamente

ser cronológica. Primeiramente abordaremos os que debatem os efeitos da colonização e as possibilidades do desenvolvimento econômico no Brasil. Caio Prado Júnior (1961) é o precursor de um debate sobre um “sentido da colonização”, tal qual capítulo de mesmo nome em seu livro. Em sua tese, o sentido colonial brasileiro existe baseado na formação de excedentes para Portugal, obtidos pela exportação. Seguindo a mesma lógica, a formação de um considerável mercado interno é limitada pela própria essência da colonização, que negava a acumulação interna de capitais. Celso Furtado (2007) corrobora com a tese do papel da Colônia como “um braço” da Metrópole para o seu desenvolvimento, enaltecendo a ação dos preços no mercado internacional como fator importante no sucesso ou fracasso das produções da Colônia. Todavia, Furtado foi mais a fundo ao estabelecer que o abastecimento interno interligado poderia ser o formador de um mercado local, desde que encontrasse êxito na produção e na balança comercial.

Apesar de concordar com o papel colonial brasileiro, Furtado postula que a economia mineira conseguiu projetar certo desenvolvimento econômico para todas as áreas produtivas ligadas, enaltecendo a pecuária que, pela maior utilização das terras, levou a diferentes especializações em distantes locais, seja na engorda, distribuição ou comércio. “É um equívoco supor que foi a criação de gado que uniu essas regiões. Quem assumiu foi a procura do gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira” (Furtado, 2007, p.123).

Outro autor que possui proximidade com as opiniões colocadas por Prado Júnior e Furtado acerca do papel do Brasil colonial como anexo a Portugal foi Roberto Simonsen (2005). Assim, lembra que o ouro extraído destas terras não só incrementou o progresso da metrópole, como também o mundial, já que enriqueceu a Inglaterra e outros parceiros comerciais portugueses. Ele visualizaria esse mesmo papel colonial brasileiro ainda no início do século XX, quando postula que o desenvolvimento econômico só seria de fato alcançado com aumento do mercado interno e industrialização. Sobre as evoluções vistas no século XVIII, considera que a Colônia só alcançou melhorias – como custeio das correntes comerciais aos sertões brasileiros, maior importação de escravos, construção das primeiras cidades no interior, desenvolvimento do Rio de Janeiro – graças aos novos eixos de transporte comercial no interior do país.

Lenharo (1992) exalta as ideias de Prado Júnior, Furtado e Simonsen de que a economia de subsistência local servia de início apenas de subsídio para a economia

de exportação, portanto, dificilmente ocorria a visualização de um mercado interno. Contudo, refuta a tese de que as exportações são as únicas fontes de riqueza, ignorando o postulado frequente de um vazio comercial entre os ciclos do ouro e do café. Após o período de declínio da mineração, existe uma mudança paradigmática nesse pensamento, utilizando principalmente a relação comercial/mercantil entre o Rio de Janeiro e o Sul de Minas. O autor mostra que aquela cadeia de caminhos desenvolvidos conseguiu se transformar em caminhos permanentes para outras culturas. Exemplificando seu ideal, para Lenharo (1992), o Sul de Minas, se aproveitando de toda a cadeia mineradora, conseguiu um desenvolvimento em escala mercantil interna. Suas condições naturais favoráveis, como a abundância de rios e a alta pluviosidade, gerou novos mercados, facilitando um fluxo produtivo para o abastecimento do Rio de Janeiro.

Para Wilson Cano (2002), em seu texto “A economia do ouro em Minas Gerais”, é necessário um debate com os postulados de Celso Furtado, sobretudo com os impactos do fim da economia mineira. Ele concorda no ponto em que a exaustão da mineração resultou numa regressão a pequenas atividades de subsistência, questionando o porquê de não desenvolver maiores atividades manufatureiras no Brasil com o capital conseguido. Seguindo essa linha, ele não acredita que a mineração tenha constituído um complexo econômico como o açucareiro, isso porque, apesar de todos os seus efeitos positivos na integração comercial, não houve quantidade nem destinação correta dos excedentes – que ficavam com Portugal ou com intermediários. Em uma revisão de quase 30 anos da primeira publicação citada acima, discordando em partes de seu primeiro postulado de que a economia mineradora era incomparável à açucareira, Cano entendeu a importância da mineração como pioneira na formação de um mercado nacional, muito por sua ajuda ao crescimento de outras atividades e pelo “capital físico”, nome dado ao desenvolvimento dos caminhos comerciais entre regiões.

Em contraponto ao movimento de classificação das colônias como exportadoras de excedentes, Ciro Cardoso (1987) levanta a hipótese de um modo próprio de produção escravista, baseado não mais na relação economia externa/interna, com foco no trabalho produtivo independente de fatores internacionais, que estimularia o comércio e subsistência interna. Sua crítica então se direciona ao padrão de explicação colonial de monoculturas escravistas como forma de explicação da sociedade. Na introdução deste trabalho, citamos esse modelo de

Cardoso, chamado de “brecha camponesa”, que ao nosso entender é de difícil percepção, pois parecem núcleos de subsistência bastante rudimentares. Logo, Cardoso reverbera a afirmação de que as tais brechas seriam um mercado interno presente desde o princípio da colonização, independentemente das diretrizes portuguesas.

Outra obra que questionará o “sentido da colonização” proposto por Prado Júnior é “Arcaísmo como Projeto”, de Manolo Florentino e João Fragoso. O texto faz um apanhado das opiniões e contradições de grandes autores sobre a organização econômica colonial brasileira, e depois, utilizando exemplos práticos da cidade do Rio de Janeiro, mostra que mesmo com a baixa dos preços nos produtos exportados a economia local mostrava sinais de crescimento, concluindo que teria uma autonomia decorrente do mercado interno. Assim, a opinião de Florentino e Fragoso trata sobretudo de reforçar que a ascensão do mercado interno colonial não era primordialmente decorrente das exportações, mas sim do caráter arcaico de um modo de produção “pouco capitalista”, nas palavras deles, referente a não participação de uma economia de mercado.

Aproveitando a abertura dada sobre os autores anteriores, o artigo de Mariutti e Danieli Neto (2001) tratou justamente do assunto mercado interno, debatendo as opiniões de Fragoso e Florentino em torno da organização produtiva da Colônia. Os autores fazem uma síntese inicial das ideias apresentadas por Fragoso e Florentino, apresentando as suas discordâncias em seguida. Primeiramente, questionam a metodologia estatística utilizada para a comparação de preços entre a Colônia e outros territórios (dos preços que eram estabelecidos os ideais de autonomia econômica). Depois alegam que a utilização apenas do Rio de Janeiro, capital e cidade mais importante, como base para toda a descrição da economia colonial era equivocada. Por fim, salientam a parte de concomitância de opinião entre todos que é o não esgotamento da estrutura colonial apenas na reprodução agroexportadora, mas na questão interna e na hierarquização das relações de trabalho.

Outro autor, Noya Pinto, concorda com a afirmação de que o mercado interno aparece pela primeira vez em território brasileiro na atividade mineira. Para ele foi o meio circulante e o aumento do poder aquisitivo geral que caracterizaram esse surgimento. Para reforçar a sua posição, utiliza um exemplo comparativo ao mercado do açúcar, descrevendo-o como totalmente dependente de preços externos para definição de possíveis rentabilidades e trocas. Na mineração, o colono tinha acesso

mais rápido ao capital físico (moeda), assim o comércio é que deveria se adequar a sua necessidade, fomentando o crescimento mercantil. Outro ponto que levanta em sua tese é a mudança na natureza do comércio, pautada na sofisticação do mercado colonial como um todo, já que com maior poder de compra, conseguiam novos tipos de mercadorias importadas. “Aumento demográfico, surto urbano, expansão geográfica, aumento do meio circulante, aparecimento de um mercado interno e expansão do tráfico são, pois, as características que presidiram o Brasil setecentista” (Noya Pinto, 1979, p.326-327).

Russel-Wood (2008) acredita que a descoberta do ouro mudou radicalmente a economia e a posição do Brasil perante sua Metrópole. Primeiramente precipitou o deslocamento ao interior que não havia sido feito no início da colonização. Para a defesa do surgimento de uma economia sólida na Colônia, eleva a importância desse mesmo movimento de pessoas aos sertões e toda a cadeia resultante disso. Sobre a questão do papel colonial brasileiro, embora cite que o ouro salvou momentaneamente Portugal de uma grave recessão econômica no século XVIII, o autor não visualiza que a política agrícola ou manufatureira adotada tenha rendido frutos a longo prazo para os portugueses. Para ele, apesar do declínio da mineração e de estar ainda subordinado a Portugal, o Brasil passou a Metrópole em importância econômica.

Citando o período de grande exploração mineral para ascensão econômica no interior, Carrara (2012b) expõe que um bom número de evidências corrobora com a tese de que a circulação de metais preciosos desempenhou um papel central não só na acumulação de riquezas, mas principalmente na constituição do mercado interno nas colônias brasileira e latino-americanas. Ele lembra que o fim do ciclo do ouro leva à “ressurreição agrícola” no interior, agora muito mais articulada devido as rotas comerciais constituídas. Em outro artigo, Carrara (2012a) se atém mais ao estudo das diferentes comarcas de Minas Gerais, mostrando, com números, que existiram diferenças acentuadas de consequências do declínio da mineração pelo território mineiro. Algumas regiões tiveram queda na arrecadação, enquanto outras se estabilizaram ou até aumentaram. Tal qual Lenharo (1992), exemplifica que o Sul de Minas desenvolveu uma agricultura de subsistência forte durante o ciclo do ouro e que não retrocedeu com a subsequente escassez de metais, sendo mais especializada e abastecendo com propriedade os mercados do Rio de Janeiro.

Para defender a ideia de criação de um mercado interno, Arruda (1997) utiliza como argumento a tese de que, entre o período de declínio da exploração aurífera e o início do mercado cafeeiro no século XIX (no qual muitos historiadores dizem haver um "apagão" econômico), fica notória a existência de uma produção de subsistência para abastecimento interno com diversificação econômica e integrada em diferentes regiões brasileiras e no comércio internacional. A manutenção dos altos níveis na importação de escravos e novas demandas internas de consumo durante esse período "entre ciclos" de baixas exportações, podem ser sinais claros de um mercado interno aquecido e de mudanças estruturais ocasionadas pelo ouro.

Toda essa expansão do mercado durante o século XVIII devido à mineração não se deu apenas pela importância dos caminhos terrestres. Segundo Marcondes (2012), ela foi importante também nas trocas internas por cabotagem, pois até então o comércio marítimo estava veiculado principalmente às exportações. Essa via única entre os portos e a Metrópole ganhou a concorrência de trocas internas de produtos com grande aumento nas navegações, principalmente entre portos na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. No final do século XVIII, foi notado um fato inédito no comércio marítimo da Colônia: a maioria dos navios entrados no Rio de Janeiro estava engajado nas trocas com outras cidades, deixando para o comércio português menos de 10% do total de embarcações, conforme Marcondes (2012).

Segundo as palavras de Boschi (2002), a atividade de mineração e sua cadeia de relações são objetos singulares e complexos de entendimento, que não podem ser vistas apenas como simples complemento à economia metropolitana. Concordando com a tese de criação de um mercado interno diversificado, pautado também na agricultura e pequenas manufaturas, ele aponta o surgimento dos aglomerados urbanos e toda a sua dinâmica comercial como fator preponderante de um intenso mercado interno. Muito interessante será o trecho que aponta a necessidade de maiores e mais qualitativos trabalhos acerca da análise do mercado interno colonial para contrapor a abordagem clássica de dependência exógena das colônias.

Se a exploração aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva. Para cuidar do abastecimento, simultaneamente à mineração, vai-se compondo diversificada estrutura produtiva. Intensas relações comerciais e expressivas produções agropastoril e manufatureira, caracterizadas pela não-inversão de grandes capitais e por baixos nível de renda e poder de concentração, acabam configurando nítida economia regional, com ativo mercado interno (Boschi, 2002, p.58).

Todavia, nem todos os autores convergem sobre a temática levantada. De Paula (2012) discorda parcialmente das afirmações de que o Brasil, no período colonial, desenvolveu mercado interno bem definido. Para isso, utiliza como argumento que o crescimento da economia mineira e sua articulação com as economias nordestina e sulina não implicou em mudanças estruturais, conservando uma forte dependência externa e da escravidão, além da manutenção da desarticulação de economias regionais até mesmo após a independência do Brasil. Sobre o mercado interno no Brasil, define singularidades marcantes que dificultam a definição do período de constituição do mesmo, citando três: 1) Longa permanência de uma fragmentação do mercado interno, que mesmo com um embrião de articulação na economia mineira, no século XVIII, manteve estruturas e métodos fundiários precários; 2) Bloqueio do acesso às terras para aqueles que vivem dela por uma herdada tradição sesmarial; 3) Constituição do mercado de trabalho baseado na escravidão por longuíssimo tempo, gerando uma sociedade parasitária e excludente com baixo consumo interno e desqualificação da força de trabalho.

Bouzan (1962) nos mostra uma configuração importante de contraposição ao postulado de que o mercado interno teria sido formado dois séculos antes. Primeiramente, coloca que o mercado interno somente será considerado relevante quando um país subdesenvolvido (como o Brasil) conseguir que a maioria de sua economia não dependa diretamente da exportação para outros países. Ele recusa totalmente o papel da mineração nesse formato, atribuindo aos ciclos do açúcar e do café as maiores mudanças econômicas ocorridas. Para tal afirmação, utiliza o argumento que, naquele momento, o Brasil ainda necessitaria criar mercado interno forte, já que nem mesmo o ciclo do café no período pós-independência deu conta de gerar uma unificação comercial territorial relevante no cenário capitalista vigente. O artigo também enaltece a abordagem de que o mercado interno só pôde ser debatido como importante no Brasil com o fortalecimento da indústria causado pela acumulação de capital e posterior investimento de capital cafeeiro.

Sob o nosso ponto de vista, os estudos realizados desde os anos 1930, com ênfase nos textos de Caio Prado Jr., levantaram novos questionamentos sobre a organização colonial, não apenas em torno de “ciclos” de produção. Boa parte dos autores aqui encontrados compartilha de suas ideias principalmente no que diz respeito ao papel da Colônia de suporte econômico para a Metrópole. Já a partir dos

anos 70, novos autores, com destaque para Ciro Cardoso, adotam outra metodologia, baseando-se no trabalho de subsistência local, gerador de excedentes como fator preponderante para o Brasil Colônia, enaltecendo o mercado interno independentemente dos interesses de Portugal. Já os trabalhos de Manoel Florentino e João Fragoso foram o enfoque dos artigos mais recentes sobre o tema, questionando a posição que buscava encontrar uma lógica própria da Colônia, onde os ciclos econômicos eram separados de Portugal e geravam acumulação financeira interna com o comércio de escravos como foco (daí ver o “Arcaísmo” do texto dos autores).

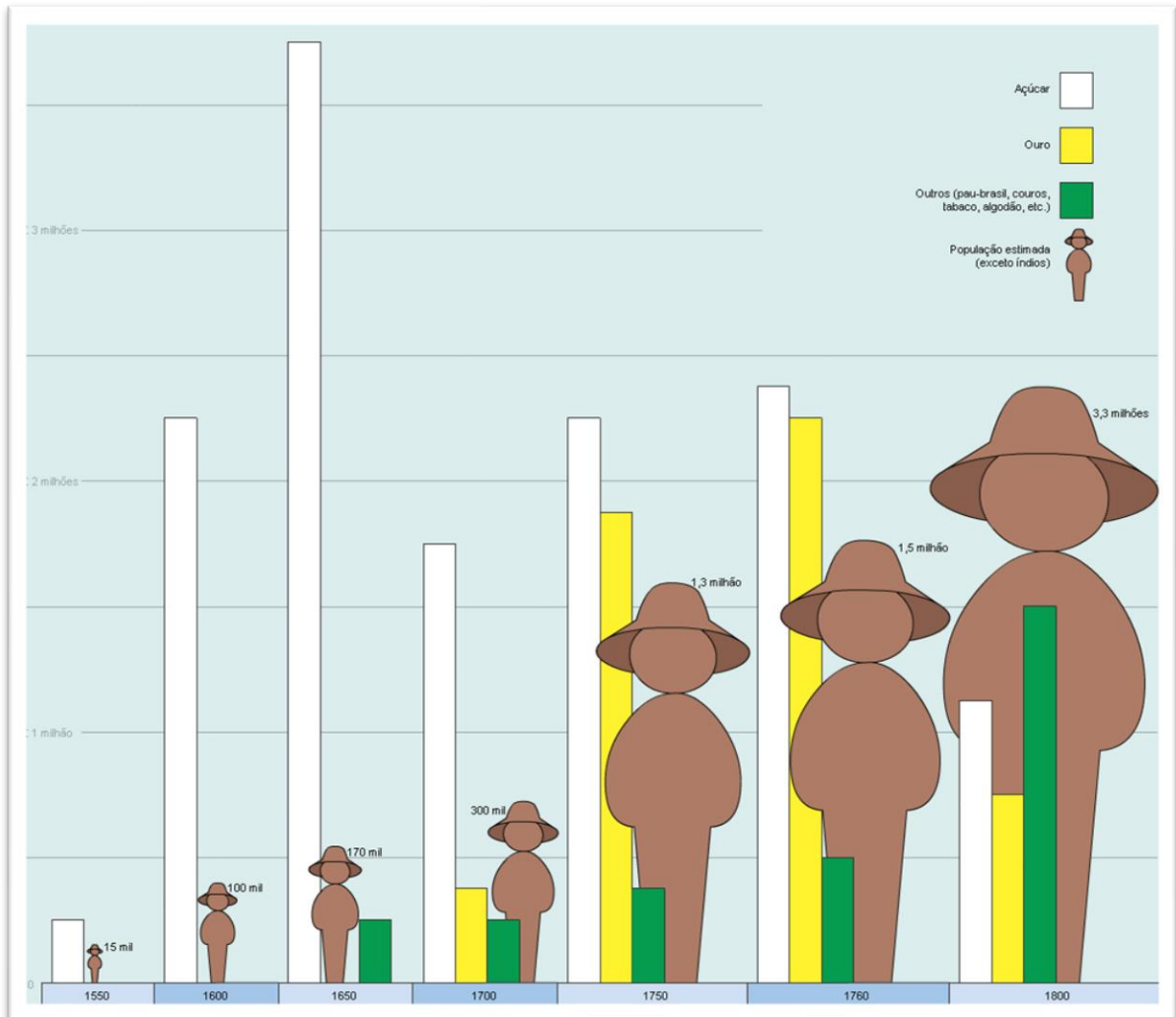
Ficou claro que, independentemente da opinião dos autores e da nossa sobre o surgimento ou não de um mercado interno consolidado durante o período colonial, a criação de articulações entre as regiões, pautada na atividade mineradora, foi de grande valia para a expansão do abastecimento e comércio a nível nacional. O surgimento de uma elite mercantil, a concentração populacional em áreas urbanizadas, o estabelecimento de novas demandas de consumo e, sobretudo, a pecuária, fortaleceram o mercado entre os variados locais.

Quanto à afirmação sobre o surgimento do mercado interno, as opiniões foram muitas e dependem bastante da metodologia utilizada por cada autor: alguns consideraram que o mercado interno já era visualizado nas trocas regionais de produtos para subsistência, outros não visualizam esse valor sem o desenvolvimento industrial local. Logo, parece ser precipitado apontar o dedo em apenas uma direção, sem considerar mesmo a intenção de cada um, sobre qual viés e em cada momento utilizado.

Um fator que consideramos preponderante para o debate da importância da mineração na formação do mercado interno brasileiro, e pouco foi encontrado, é que, mesmo em seus dias de glória, esta atividade nunca ultrapassou em valores absolutos o comércio da cultura canavieira. Pelo Gráfico 1, notamos que, conforme dito anteriormente, a população sofreu um acréscimo bastante acentuado entre os anos 1700 e 1800, muito pela chegada de habitantes da Metrópole esperançosos por enriquecimento e escravos comercializados para o trabalho mineiro. Contudo, é possível perceber que o açúcar não perdeu o posto de maior atividade produtiva no Brasil. Somente Cano (2002) mostrou uma hipótese de inferioridade da mineração, já que a economia açucareira teve melhores condições de desenvolvimento, pois seu

complexo produtivo e suas ligações comerciais eram mais próximas da atividade nuclear e seus excedentes possuíam maior retenção local.

Gráfico 2 - Valor das exportações e população da Colônia (1550-1800)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

Questionando também o postulado do parágrafo anterior, é possível fazer outra leitura, na qual, apesar da mineração não conseguir ultrapassar a atividade açucareira em seu valor, podemos notar que existe um grande advento de outros produtos acompanhando o crescimento minerador. Inclusive se nota uma grande expansão destes outros produtos quando há o rareamento dos minérios preciosos. Esse cenário pode corroborar com outras ideias já mencionadas durante o texto de que o declínio minerador causou a expansão de outras culturas por substituição de mão de obra.

Como a temática escolhida é bastante ampla e passível de várias discussões, gostaríamos de deixar alguns questionamentos pessoais que nos levam a concordar

ou contrapor as diferentes ideias colocadas pelos autores no surgimento de um mercado interno em todo o território motivado pela mineração.

Teria a Colônia brasileira capacidade de desenvolvimento, sobretudo manufatureiro, no período posterior à mineração, a partir das medidas econômicas portuguesas¹³ para dificultar esse estabelecimento? Não se trata de simples resposta, já que não parece claro que houve uma acumulação de capital local e especialização do trabalho que permitiria tal ação. Porém, há uma lógica implícita que, justamente por restrições políticas, a Colônia não poderia se especializar, mantendo a máxima mercantilista do capital voltado para o desenvolvimento da Metrópole.

Acreditamos que a atividade mineradora conseguiu notoriedade na integração territorial muito mais por seu caráter geográfico do que comercial. Assim, persiste uma desconfiança pela possibilidade de ocorrência da mesma integração em outras atividades, já que a sua interiorização necessitaria obrigatoriamente de rotas terrestres para comércio e circulação (algo que ainda não existia). Apoiado nessa tese, questionamos se, caso houvesse os mesmos minérios em regiões litorâneas, teriam surgido tantas e tão importantes rotas comerciais ao interior? E, caso culturas de menor valor tivessem êxito nos sertões, teriam ocasionado os mesmos resultados?

Pensando na cadeia mineradora e em todas as suas características, nos parece que ela é muito mais dinâmica territorialmente falando que as outras monoculturas de exportação. O produto dessa atividade logo quando é extraído já pode ser utilizado como moeda de troca e assim sua liquidez permitiria sempre maior facilidade nas transações – e, por conseguinte, facilidade de desenvolvimento comercial. Por outro lado, outros produtos não extrativistas se caracterizam pela racionalidade da produção planejada e pela maior assertividade sobre o tempo de esgotamento da atividade.

¹³ Algumas dessas medidas, como a proibição do trabalho de ourives em Minas Gerais, da produção de manufaturas têxteis e da indústria mineradora de ferro foram instituídas ao final dos anos 1700.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Atlas Histórico**. Rio de Janeiro: Fename, 1977.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O elo perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830**. Revista Resgate, Campinas, v.6, n.1, ago. 1997, p.97-100.

BOSCHI, Caio C. Nem tudo que reluz vem do ouro... In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Edusp, 2002, p.57-66.

BOUZAN, A. **Mercado Interno e Desenvolvimento Econômico**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.2, n.5, set-dez 1962, p.73-88.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês: o protocampesinato negro nas américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Anelo Alves. **A capitania de minas gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária**. História Econômica & História de Empresas, São Paulo, v.3, n.2, jul. 2012a, p.47-63.

_____. **Minería, moneda y mercado interno en Brasil, siglo XVIII**. Revista Complutense de Historia de América, Madrid, v.38, dez. 2012b, p.33-53.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **O mercado colonial: a construção de um espaço interno**. História Econômica & História de Empresas, São Paulo, v.6, n.2, jul. 2012, p.75-95.

DE PAULA, João Antonio. **O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história**. História Econômica & História de Empresas, São Paulo, v.5, n.1, jul. 2012, p.7-39.

FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. **Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: rio de janeiro, c.1790-c.1840**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Atlas Histórico do Brasil: colônia (1500-1808)**. São Paulo: CPDOC, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/capitulos/colonia-1500-1808>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FURTADO, Celso, **Formação econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. **Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670 – 1770)**. Revista de História da USP, São Paulo, v.7, n.15, set. 1953, p.69-88.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

MARCONDES, Renato Leite. **O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.32, n.1, jan. 2012, p.142-166.

MARIUTTI, Eduardo Barros & DANIELI NETO, Mário. **Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino**. Estudos Econômicos, São Paulo, v.31, jun. 2021, p.369-393.

MARTINO, José. **1789 – A Inconfidência Mineira e a Vida Cotidiana nas Minas do Século XVIII**. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2014.

NOYA PINTO, Virgílio. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. Brasília: Editora Nacional, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690-1750**. In: AUTOR. **História da América Latina Colonial (v.II)**. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2004, p.471-525.

SCHWARTZ, Stuart. **O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e a Periferia**. In: AUTOR. **História da América Latina Colonial (v.II)**. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2004, p.339-421.

SCARATO, Luciane Cristina. **Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

STRAFORINI, Rafael. **Os Caminhos Reais do Ouro: apropriação e práticas espaciais no século XVIII**. Geografia, Rio Claro, v.35, n.1, abr. 2010, p.63-80.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial**. São Paulo: Annablume, 2008.

VIEIRA, Antonio Roberto Alves. **Família Escrava e Pecuária: revisão historiográfica e perspectivas de pesquisas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.